

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENGENHARIA
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM ENGENHARIA**

LAZER E TRABALHO: MEIO OU FIM?

Luís Olavo Melo Chaves

Porto Alegre

2005

Luís Olavo Melo Chaves

LAZER E TRABALHO: MEIO OU FIM?

Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado
Profissionalizante em Engenharia como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Engenharia –
modalidade Profissionalizante – Ênfase Ergonomia

Orientadora: Professora Dr.^a Lia Buarque de Macedo Guimarães

Porto Alegre

2005

Este Trabalho de Conclusão foi analisado e julgado adequado para a obtenção do título de Mestre em Engenharia e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pelo Coordenador do Mestrado Profissionalizante em Engenharia, Escola de Engenharia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Lia Buarque de Macedo Guimarães, Ph.D
Orientadora Escola de Engenharia/UFRGS

Prof.^a Helena Beatriz Betella Cybis, Dra.
Coordenadora MP/Escola de Engenharia/UFRGS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi
IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Antônio Barros Oliveira
PPGEP/CEDOP/UFRGS

Prof. Dr. Vicente Molina Neto
PPGCMH/ESEF/UFRGS



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam, contra os vários crimes que esta imagem representa.

Esta imagem foi finalista do Prêmio Íbero-americano de Comunicação em 2002, promovido pela UNICEF. É de autoria de Evelson A. Freitas, publicada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de março de 2001. Flagra o trabalho de meninas gêmeas de nove anos que descascam alho na cidade de Contagem, Minas Gerais. São crianças trabalhadoras, que ficam nesta posição durante muitas horas por dia.

Extraído de <http://www.unicef.org/brazil/premio_ibero_americano3.htm>, em março de 2004

AGRADECIMENTOS

A Rose, por tudo.

As minhas filhas Júlia, Luísa e Helena, por me compreenderem e me acompanharem,
com todo nosso amor.

A Lia, pela sábia e competente orientação.

Aos colegas do TRF, pela disponibilidade e parceria.

A memória de meu pai, que me ensinou que dá para brincar enquanto se trabalha.

Para minha mãe, que sempre teve, muita dificuldade em brincar.

A todos que de alguma forma contribuíram para execução deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação levantou a produção teórica disponível no Brasil a respeito de ocupação do tempo livre. Verificou as implicações deste conceito com o conceito de lazer e a organização do trabalho. A concepção de lazer de um conjunto de trabalhadores do Poder Judiciário, associada ao modo de ocupação de seu tempo disponível ao lazer, serviu de apoio à reflexão conceitual entre prazer no trabalho e sofrimento no trabalho. Foram classificadas as atividades de lazer dessa população em quatro categorias: atividades físicas, atividades sociais, atividades de produção e atividades de expectador. A representação do trabalho como prazer serviu de suporte para análise estatística descritiva de parcela da população, onde foram encontrados nexos entre conteúdo do trabalho e classificação do lazer. Em resposta a questionário, a população apresentou maiores índices de dor ou desconforto no trabalho do que no lazer.

Palavras-chave:

Lazer – Ócio – Trabalho – Macroergonomia – Serviço público – Prazer no Trabalho

ABSTRACT

This dissertation raised the issue of the theoretical production available in Brazil concerning to the free time occupation. Implications of this concept as to the concept of leisure and work organization were verified. The conception of leisure of a group of Judicial Power workers, associated to the way they occupy their available leisure time, supported the conceptual reflection on pleasure at work and suffering at work. The leisure activities of this population were classified in four categories: physical activities, social activities, production activities and spectator activities. Representation of work as a pleasure supported the descriptive statistical analysis of part of the population, where connections were found between work content and leisure classification. Questionnaire answers revealed more pain indexes in work than in leisure.

KEY WORDS:

Leisure – Idleness – Work – Macroergonomics – Public Service – Pleasure at Work

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Tribunal Regional Federal – 4ª região - Organograma.....p 58
- Figura 2. Número de pessoas por faixa etária.....p 65
- Figura 3. Número de pessoas por faixa salarial.....p 67
- Figura 4. Sensação de desconforto ou dor em alguma parte do seu corpo durante a jornada de trabalho.....p 72
- Figura 5. Sensação de desconforto ou dor em alguma parte do seu corpo durante os momentos de lazer.....p 73
- Figura 6. Comparação entre dores no corpo durante o trabalho e durante o lazer.....p 74
- Figura 7. Comparando sensação de desconforto no trabalho x sensação de desconforto no lazer.....p 75
- Figura 8. Trabalho como sofrimento x trabalho como prazer.....p 77
- Figura 9. Modelo das Distâncias Euclidianas, baseado na percepção de 108 trabalhadores que definem seu trabalho como prazeroso.....p 81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Atividades nos momentos de lazer.....	p 64
Tabela 2. Faixa etária e atividades de lazer.....	p 66
Tabela 3. Renda e atividades de lazer.....	p 66
Tabela 4. Tempo ocupado pelo lazer.....	p 67
Tabela 5. Grau de instrução e atividades de lazer.....	p 68
Tabela 6. Grau de instrução.....	p 68
Tabela 7. Sexo e atividades sociais no lazer.....	p 69
Tabela 8. Grau de instrução e atividade de expectador no lazer.....	p 69
Tabela 9. Tempo ocupado pelo lazer.....	p 70
Tabela 10. Tempo de não trabalho é igual ao tempo de lazer.....	p 70
Tabela 11. Dor durante a jornada de trabalho.....	p 71
Tabela 12. Sensação de dor ou desconforto em alguma parte do corpo durante a jornada de trabalho.....	p 71
Tabela 13. Sensação de dor ou desconforto em alguma parte do corpo durante os momentos de lazer.....	p 73
Tabela 14. Quanto ao sofrimento, seu trabalho representa (escala dividida em três partes).	p 78
Tabela 15. Quanto ao prazer, seu trabalho representa (corte 7,5 cm).....	p 79
Tabela 16. Quanto ao prazer, seu trabalho representa (corte 5 cm e 10 cm).....	p 79

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p 11
1.1. OBJETIVO DO ESTUDO.....	p 12
1.2. JUSTIFICATIVA DO TEMA E OBJETIVOS.....	p 13
1.3. HIPÓTESE.....	p 16
1.4. MÉTODO DE TRABALHO.....	p 17
1.5. LIMITAÇÕES.....	p 17
1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	p 18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO: LAZER VERSUS TRABALHO	p 19
2.1. INTRODUÇÃO.....	p 20
2.2. A SOCIOLOGIA DO TRABALHO.....	p 23
2.3. A SOCIOLOGIA DO LAZER.....	p 27
2.4. A MACROERGONOMIA E O TEMPO.....	p 41
3. UM ESTUDO DE CASO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	p 50
3.1. O FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO.....	p 52
3.2. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO.....	p 53
3.3. O SOFRIMENTO E O PRAZER NO SERVIÇO PÚBLICO.....	p 53
3.4. O CONTEXTO: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ªREGIÃO	p 55
3.5. A INVESTIGAÇÃO.....	p 59
3.5.1. OBJETIVO.....	p 59
3.5.2. METODOLOGIA.....	p 59
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	p 63
4.1. CLASSIFICAÇÃO DO LAZER, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES DOS ENTREVISTADOS.....	p 63
4.2. DOR NO TRABALHO.....	p 71

4.3. DOR NO LAZER	p 72
4.4. DOR OU DESCONFORTO NO TRABALHO X DOR OU DESCONFORTO NO LAZER	p 74
4.5. TRABALHO REPRESENTADO POR PRAZER E TRABALHO REPRESENTADO POR SOFRIMENTO OU DOR	p 76
4.6 RE-SIGNIFICANDO OS DADOS.....	p 78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E UGESTÕES DE CONTINUIDADE.....	p 83
5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p 83
5.2. SUGESTÕES DE CONTINUIDADE.....	p 83
REFERÊNCIAS	p 86
ANEXOS	p 93

1. INTRODUÇÃO

Em 1976, o inglês Stanley Parker, em uma obra clássica da Sociologia do Lazer, refere-se a três abordagens gerais relativas ao lazer e ao trabalho

1) o trabalho é a parte séria da vida e o lazer como mero subsidiário ou praticamente inexistente;

2) o lazer seria o grande objetivo da vida e o trabalho é apenas o meio para se chegar a este fim;

3) ambos são partes reconciliáveis de um todo, e cada um deles é capaz de enriquecer o outro (PARKER, 1978).

Vinte e cinco anos passaram da publicação deste clássico no Brasil e neste momento a comunidade científica debruça-se, isoladamente, em olhar para uma humanidade fragmentada em nome da própria ciência.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as relações entre o tempo de desenvolvimento das atividades de trabalho e o tempo de não trabalho ou o tempo de lazer.

Como nosso campo de análise é a Ergonomia, em particular a Macroergonomia, nossa síntese será norteadada pelas questões ergonômicas implicadas no tempo de trabalho e no tempo de lazer, assim como no prazer e sofrimento associados aos mesmos tempos.

Durante nosso estudo encontramos especialistas em trabalho “negando” ou “desviando” de enfrentar de frente as questões relativas ao lazer, bem como encontramos especialistas em lazer “negando” ou “desviando”, da mesma forma, de enfrentar as questões relativas ao trabalho.

O desenvolvimento deste estudo teve de fragmentar para poder compor, respeitando o olhar próprio de cada uma das áreas do conhecimento envolvidas no tema.

Quando buscamos na área de Sociologia do Trabalho, a preocupação com o lazer, ou com a ocupação do tempo livre, tempo sem trabalho, encontramos a defesa da existência de um lazer, mas não entrando no mérito da questão, sem qualquer pesquisa de caráter empírico

ou não empírico abordando diretamente a questão. Como o nexos da Sociologia do Trabalho é o trabalho propriamente dito, não encontramos uma dedicação, neste campo conceitual, ao Lazer (ANTUNES, 2001; BRAVERMAN, 1987; CATTANI, 2002; FRIEDMANN E NAVILLE, 1973)

Quando buscamos na área de estudos do Lazer, a preocupação com o trabalho, ou com a ocupação do tempo de trabalho, encontramos a defesa da ocupação do tempo com planejamento de horários destinados às atividades fisiológicas, ao lazer e às atividades laborais. Não encontramos pesquisas co-relacionando: ambiente de trabalho, o conteúdo das tarefas desenvolvidas neste ambiente, as condições organizacionais e os diversos estudos do campo conceitual do Lazer (BRAMANTE, 1993; DUMAZEDIER, 1973; DUMAZEDIER, 2001; ELIAS & DUNNING, 1995; MAGNANI, 1998; MARCELLINO, 1983; MARCELLINO, 2003 e PARKER, 1978).

A intersecção, entre os campos conceituais da Sociologia do Lazer com os campos conceituais da Sociologia do Trabalho é a idéia de tempo. Esta idéia serve como propulsora de construção cultural de conceitos de ocupação de tempo e espaço, que em última análise remontam a própria história da humanidade, tanto no sentido de uma aldeia, como de uma tribo ou mesmo um continente. Daí a necessidade de buscarmos na História da Matemática, na História da Física e na Epistemologia Genética de Jean Piaget estudos sobre o tempo. O tempo como um campo particular de estudo.

1.1. OBJETIVO DO ESTUDO

O trabalho tem como objetivo levantar a produção teórica disponível no Brasil a respeito de ocupação do tempo livre, as implicações deste conceito com o conceito de lazer e a organização do trabalho.

A concepção de lazer de um particular conjunto de trabalhadores, associada ao modo de ocupação de seu tempo disponível ao lazer, servirá de apoio à reflexão conceitual entre prazer no trabalho, prazer no não trabalho e sofrimento no trabalho.

Buscam-se nexos entre o prazer e o sofrimento no trabalho, associando os campos conceituais da Sociologia do Lazer e da Sociologia do Trabalho. Procuraremos entender de que forma a busca pelo prazer poderá estar associada ao trabalho e ao não trabalho.

Entende-se que o momento é de pleno desemprego, de escassez de mão de obra especializada, de crescimento das doenças ocupacionais, de altos índices de violência em diversos campos. A busca pelo emprego, a especialização profissional, a redução das doenças ocupacionais e a redução da violência são temáticas de trabalho de ergonomistas, sociólogos, psicólogos, administradores, professores, médicos, advogados, engenheiros entre outros. Este trabalho se propõe a contribuir de forma reflexiva na busca de alternativas de um mundo mais inteiro para todos.

1.2. JUSTIFICATIVA DO TEMA E OBJETIVOS

Desde o século XVIII, ocorreram grandes transformações sociais que tiveram por base o crescimento demográfico e o desenvolvimento de novos processos industriais que deram origem à preocupação com a racionalização da produção e com a reação dos trabalhadores frente à sua tarefa. Tais mudanças influenciaram o desenvolvimento da preocupação com a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

No final do século XX, as transformações ocorridas no mundo do trabalho delinearam um cenário, no qual, os processos relativos ao desemprego e a situação de exclusão econômica vivenciados por parcelas crescentes da população consistem, atualmente, em um dos principais desafios com os quais se defronta a sociedade. No entanto, as situações laborais continuam sendo um vetor essencial na organização da sociedade, estruturando identidades e sociabilidades (HIRATA,1996).

O trabalho é o principal meio pelo qual o ser humano desenvolve suas potencialidades, é uma ação consciente, parte de um objetivo – satisfação de carências – e evolui de acordo com um plano. (BAUMGARTEN, 2002 e CHAVES, 2001)

A Ergonomia, através da construção de uma visão integrada dos aspectos físicos, cognitivos e organizacionais, vêm desenvolvendo tecnologias de interface das pessoas com sistemas de trabalho, criando espaços de reflexão, construindo alternativas e propondo projetos que visem a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores. A partir de seus estudos sobre os sistemas de trabalho para uma melhor adequação da atividade nele existentes às características, habilidades e limitações das pessoas com vistas ao seu desempenho

eficiente, confortável e seguro, pode contribuir para uma melhor análise e reestruturação dos sistemas existentes, atualmente, nas organizações.

A influência dos fatores ambientais sobre o comportamento humano é inegável, pois os estímulos do ambiente físico repercutem sobre a satisfação do indivíduo, o que vem a influenciar seu desempenho e sua produtividade. Excessos de ruído, calor ou iluminação, por exemplo, alteram significativamente os níveis de desempenho e produtividade (GUIMARÃES, 2001).

Este aspecto de ergonomia recebeu um impulso com a introdução da legislação de saúde ocupacional e segurança, o Health and Safety at Work Act (Lei da Saúde e Segurança no Trabalho), no Reino Unido e o Occupational Safety and Health Act (Lei da Segurança Ocupacional e Saúde), nos Estados Unidos. Um completo entendimento deste aspecto de ergonomia é necessário para trabalhar dentro das linhas mestras dessa legislação.

O processo de deterioração das condições econômicas pode levar à degradação social que implica conseqüências negativas no plano físico, psíquico e moral. Rejeição, depressão, insegurança, inutilidade e abandono são alguns dos sentimentos percebidos entre aqueles que estão vivenciando essa situação.

(CATTANI, 2000) acredita que “o trabalho neste final de século, se transformou numa espécie de cimento social, no fator básico de socialização, na atividade principal e no elemento definidor, embora não exclusivo, de boa parte do sentido da vida dos indivíduos”.

As transformações no mundo do trabalho exigem cada vez mais dos trabalhadores, deixam executar tarefas planejadas e decididas por outros (modelo taylorista), para desenvolverem novas competências - constituídas de inúmeros saberes - capazes de responder às demandas do sistema produtivo capitalista.

A expressão "mundo do trabalho" merece algumas considerações iniciais. Cabe destacar que ao fazer-se referência à expressão "mundo do trabalho" supõe-se englobar as atividades formais e informais, empresas públicas e privadas, micro empresas, empresas auto-gestionárias e/ou cooperativadas, pequenas oficinas, negócios de caráter familiar e trabalhos autônomos. Essa abrangência leva a uma grande diversidade de formas de organização, modos de produção, processos, relações e condições de trabalho.

Tendo em vista a velocidade com que a informação circula, as empresas da atualidade necessitam de trabalhadores polivalentes, com qualificações amplas adquiridas através do desenvolvimento de competências organizacionais (organização e execução do trabalho), competências sociais (transferibilidade dos conhecimentos), competências comunicativas (de comunicação interpessoal), competências comportamentais (que envolvam a subjetividade do indivíduo), além de competências intelectuais amplas (DELUIZ, 1995).

O desenvolvimento de tais competências envolve características pessoais e traços de personalidade, além de requisitos comportamentais como adaptação à mudanças, motivação, iniciativa, liderança, administração de conflitos, flexibilidade, criatividade e responsabilidade.

Para estar e permanecer no mercado de trabalho, não basta a capacidade operacional. O trabalhador é "convidado" a se reeducar, a ser criativo, dinâmico, adquirir conhecimentos, e estar o tempo todo se reciclando. Não há espaço para os que não conseguiram acompanhar as mudanças dinâmicas e profundas que o mundo está vivendo. A capacidade de se manter atualizado, nas mais diferentes áreas do conhecimento, é fator decisivo quando um trabalhador entra para participar de processos de seleção nas empresas.

Diante deste contexto físico, social e subjetivo, conhecimentos, habilidades e atitudes influenciam no desempenho do trabalhador. Um trabalhador desmotivado, tenso e abatido terá mais dificuldades de ter atitudes pró-ativas, responder criativamente a novas situações, trabalhar em equipe, tomar decisões, ter iniciativa, curiosidade e vontade de aprender.

Face às transformações no mundo do trabalho, em que se vislumbra a transição para um novo paradigma organizacional, trabalhadores são desafiados a assumirem novas responsabilidades e a desenvolverem novas competências. O desenvolvimento de tais competências envolve características pessoais e traços de personalidade, além de requisitos comportamentais. Diante desse contexto físico, social e subjetivo, fatores como motivação e auto-estima influenciam no desempenho do trabalhador.

A qualidade de vida no trabalho é muito mais que os aspectos ligados a remuneração, à observação pura e simples da legislação ou às formas de enriquecimento de trabalho; abrange, também, as necessidades e aspirações humanas que podem variar de cultura para cultura, de estilo de vida (CHAVES, 2001).

Nosso objeto de estudo será um conjunto de trabalhadores de um Tribunal Regional Federal. Deve-se tal escolha pela facilidade de isolar variáveis, que interfeririam nos campos conceituais em questão, quais sejam: este segmento social é uma representação de servidores públicos, com salários mensais fixos, carga-horária fixada, estabilidade no emprego dentre outras garantias sociais que a média dos cidadãos brasileiros não têm.

Os trabalhadores a serem entrevistados são funcionários que tiveram seu ingresso na carreira através de concurso público, tais concursos, neste órgão em questão, caracterizam-se por uma forte expectativa social, a concorrência de candidatos às provas é da ordem de mil candidatos por vaga. Passar em tais provas e ter seu ingresso garantido ao serviço público pode, para muitos, significar vida profissional resolvida.

As condições de trabalho, do ponto de vista dos aspectos ambientais e equipamentos atendem todas as normas atinentes a matéria no Brasil. Superando em muito os padrões mínimos.

Estudar o lazer de um grupo de trabalhadores, com características peculiares e com questões de sobrevivências básicas já resolvidas, abre possibilidades de análise teórica com maior controle de dados.

O Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, que possui jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foi instalado em Porto Alegre, no dia 30 de março de 1989, a partir de uma deliberação da Constituição da República de 1988, conhecida no Brasil como a Constituição Cidadã.

1.3. HIPÓTESE

Existe nexos entre as atividades e as tarefas desempenhadas por trabalhadores em seu ambiente de trabalho e as atividades e tarefas fora do seu ambiente de trabalho.

1.4. MÉTODO DE TRABALHO

1.4.1. Tipo de pesquisa: Nossa abordagem, utilizou princípios de estudos exploratórios e estudos descritivos (RIBEIRO, 2001; TRIVIÑOS, 2001 e

TRIVIÑOS&NETO, 2004). Nossos procedimentos consistiram em revisão de literatura, entrevistas, observações e aplicação de questionários, junto a uma população de trabalhadores, que executam atividades de mesma categoria conceitual. O lazer, a ocupação do tempo livre, o sofrimento no trabalho e o prazer no trabalho foram as questões norteadoras da investigação.

1.4.2. Desenvolvimento: Este trabalho foi desenvolvido em quatro etapas.

A primeira etapa envolveu o estudo teórico sobre a questão do tempo de trabalho, o tempo de não trabalho, os conceitos de lazer, ócio, tempo disponível, prazer e sofrimento no trabalho;

A segunda etapa envolveu o estudo do cenário da empresa, identificando os diversos trabalhadores, através de entrevistas, observações e questionários, considerando como linha demarcatória de campo a ser analisado as tarefas desempenhadas pelo particular conjunto de trabalhadores;

A terceira etapa foi aplicação de questionários e tabulação das respostas;

A quarta etapa foi o cruzamento entre as respostas e os achados na literatura.

1.5. LIMITAÇÕES

Os resultados contemplam o conjunto de trabalhadores do Poder Judiciário que exerciam funções vinculadas diretamente a prestação jurisdicional, portanto os demais trabalhadores, que exerciam outro tipo de tarefa não foram contemplados neste trabalho.

O estudo foi restrito a um órgão do Poder Judiciário Federal especificamente, portanto generalizações e extensões, ficarão a critério do leitor destes resultados.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos incluindo esta introdução.

O segundo capítulo mostra uma revisão bibliográfica, chamada de Fundamentação Teórica do Estudo: Lazer versus Trabalho.

O terceiro capítulo é a apresentação de um estudo de caso, composto pela descrição do contexto, descrição dos procedimentos e levantamento de dados.

O quarto capítulo apresenta a discussão dos resultados, a comparação entre os mesmos e a literatura, bem como algumas interferências geradas no ambiente de trabalho, provocadas pelo estudo.

O quinto capítulo apresenta as conclusões obtidas a partir do trabalho desenvolvido e sugestões de continuidade do mesmo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO: LAZER VERSUS TRABALHO

“Sem violar a vida privada dos trabalhadores, não poderíamos explorar, sem seu consentimento, sua vida fora do trabalho. Por outro lado, este aspecto é mais difícil de abordar do que a vida no trabalho, que habitualmente é organizada pelo empregador de maneira rigorosa.

Entretanto, os resultados dos estudos sobre a vida fora do trabalho trazem informações importantes sobre os efeitos do trabalho na vida pessoal. Reciprocamente, as condições de vida muitas vezes impostas pelo nível de recursos financeiros em relação às cargas familiares explicam uma parte importante das escolhas profissionais e dos comportamentos no trabalho” (WISNER, 1987).

2.1. INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1870 e 1880, houve uma crise econômica na França; baixos salários, aumento do custo de vida, jornada de doze horas, dispensa de grandes contingentes de trabalhadores, deslocamento ou fechamento de fábricas, greves locais e parciais reprimidas pelas forças da ordem com derramamento de sangue, guerras coloniais para conquista de novos mercados. É neste contexto que surge “o direito à preguiça” de Paul Lafargue, como um panfleto, escrito em 1880 e publicado em 1881, revisto e reeditado em 1883, voltando a ser impresso em 1898 e em 1900. Em 1968, traduzido para quase todas as línguas, o direito à preguiça foi panfleteado pelos movimentos esquerdistas de praticamente o mundo inteiro e, desde então, tem sido constantemente republicado. O livro faz uma crítica à ideologia do trabalho, no caso trabalho alienado.

Para Lafargue, segundo Marilena Chauí (1999), trabalho, em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza e é por ele que satisfazemos nossas necessidades vitais básicas e é nele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora – o trabalho exterioriza numa obra a interioridade do criador,

“o trabalho objetiva o subjetivo, o sujeito se reconhece como produtor do objeto” (HEGEL, 1985)

Para que o trabalho se torne alienado, isto é, para que oculte, em vez de revelar, a essência dos seres humanos e para que o trabalhador não se reconheça como produtor das obras, é preciso que a divisão social do trabalho desconsidere as capacidades e aptidões dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para sociedade e para si mesmos, vendendo sua força de trabalho no mercado. Ao fazê-lo, o trabalhador aliena para um outro sua força de trabalho que, ao ser vendida e comprada, se torna uma mercadoria destinada a produzir mercadorias. Reduzido à condição de mercadoria que produz mercadorias, o trabalho não realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado. Por esse motivo, cada trabalhador individual e a classe trabalhadora, como um todo, não podem reconhecer-se nos produtos que produzem, pois esses produtos não exprimem as necessidades e capacidades de seus produtores. Como os trabalhadores precisam de muitos desses produtos para sobreviver e os preços dos mesmos seguem as leis de

mercado, então passam a aceitar as piores condições de trabalho, os piores salários, a pobreza, a miséria, a fome, o frio, a doença para terem o direito ao trabalho, com o que terão salário para comprar o mínimo daquilo que eles mesmos produziram. Isso significa que os trabalhadores passam a ser dominados pelo mercado: são dominados pelo mercado de trabalho, porque se vêem obrigados a aceitar qualquer condição para trabalhar e são dominados pelos produtos do trabalho, sem se dar conta de que essas “coisas” nada mais são senão seu próprio trabalho (CHAUÍ, 1999 e LAFARGUE, 1999).

Lafargue denomina de superprodução o excesso de mercadorias continuamente lançadas no mercado e que o proletariado não tem condições de consumi-las. Propõe um uso racional das máquinas, pois com elas, a jornada de trabalho poderia ser reduzida a quase nada - pelos seus cálculos, a jornada de trabalho poderia ser de três horas diárias e o ano de trabalho poderia durar apenas seis meses. Se assim não acontece, escreve ele, é porque os proletários se deixaram dominar pela religião do trabalho e pelo dogma de uma burguesia ociosa e consumista que afirma o trabalho ser sacrossanto e fonte de todas as virtudes. A riqueza é socialmente produzida, mas sua apropriação não é social e sim privada, ficando nas mãos dos detentores dos meios de produção (LAFARGUE, 1999).

O direito à preguiça é um panfleto que abre uma discussão, que perdura até hoje: o trabalho é um fim ou um meio?

Na introdução à edição brasileira dessa obra de Paul Lafargue, Marilena Chauí utiliza-se de referenciais bíblicos, para falar no laço que ata preguiça e pecado através de um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo.

“Ao ócio feliz do Paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é a humanidade inteira, pecarão novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar” (CHAUÍ, 1999).

Chauí também aponta que na origem das sociedades humanas a idéia do trabalho como desonra e degradação não é exclusividade judaico-cristã, pois em sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana, onde filósofos e poetas proclamam o ócio como um valor para a vida livre e o trabalho como pena que cabe aos escravos, e desonra que cai sobre os homens livres.

A ociosidade dos filósofos da antiga Grécia foi garantida pelo trabalho dos escravos. A rejeição ao trabalho servil era justificada por Aristóteles em nome dos valores nobres; a palavra *scholé* queria dizer, simultaneamente, ociosidade e escola.

Salienta que a palavra trabalho origina-se da palavra latina “*tripalium*”, instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e derivada de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados. E *labor* (em latim) significa esforço penoso, dobrar-se sobre o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga.

As abordagens do lazer muitas vezes são indiretas (MARCELINO, 1993). A fim de fazermos abordagens diretas das questões envolvidas neste trabalho, apresentaremos a seguir os chamados sociólogos do lazer, falando tanto de lazer, quanto de trabalho ou tempo. Separamos dos sociólogos do trabalho, que por vezes também falarão sobre tempo e por vezes as idéias parecerão repetidas ou mal colocadas, quando na realidade julgamos importante respeitar o lugar de onde se está falando, para possibilitar uma abordagem diferente do senso comum na literatura dessas questões.

2.2. A SOCIOLOGIA DO TRABALHO

O que é trabalho?

“Existem dois tipos de trabalho: primeiro, o que modifica a posição dos corpos na superfície da Terra ou perto dela, relativamente a outros corpos; segundo, o que manda que outras pessoas façam o primeiro. O primeiro tipo é desagradável e mal pago, o segundo é agradável e muito bem pago. O segundo tipo pode ser estendido indefinidamente: além daqueles que dão ordens, há os que dão conselhos a respeito das ordens que devem ser dadas” (RUSSELL, 2002).

O desenvolvimento do sistema produtivo da civilização ocidental, segundo Guimarães (2001) passa pelas seguintes etapas:

Produção artesanal: caracterizada pela mão-de-obra altamente qualificada e ferramental simples. Os trabalhadores tinham o domínio tanto do projeto, quanto da manufatura dos produtos;

Industrialização: na Europa a revolução industrial trouxe consigo novas possibilidades técnicas, maior volume de produção e redução de custo de produtos. Trouxe também uma maior exploração do trabalho de mulheres e crianças, uma baixa de salários e um aumento na jornada de trabalho. A situação americana, não foi diferente, o trabalho das mulheres apresentava média anual de 12 horas e 13 minutos diários e o dos adolescentes, que representavam 40 % do total dos trabalhadores, estavam submetidos a jornadas de trabalho não inferiores a 13 horas e 30 minutos por dia;

Produção em massa: evolução nos sistemas de escoamento de produtos, energia, comunicação, equipamentos e processo tecnológico, associando novos conhecimentos científicos, teve-se uma expansão do conceito de partes intercambiáveis para grande volume de produção em processos contínuos de produtos idênticos. O mercado e a indústria cresceram em tamanho, variedade, complexidade e diversificação. Estratégias de controle sofrem alterações e o trabalhador, que é o operador no processo produtivo tem sua influência reduzida;

Taylorismo: “um homem/um posto/uma tarefa” é a organização da produção concebida pelo engenheiro Taylor, o responsável pela elaboração da administração científica do trabalho, impulsionadora do desenvolvimento da produção em massa. Sua preocupação era com a administração do pessoal, alocando a pessoa certa para a ferramenta certa a fim de minimizar tempos inúteis de trabalho e maximizar os tempos efetivos de produção;

Fordismo: é a prática de gestão baseada no trabalho fragmentado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores. O processo de produção fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos. O trabalho torna-se repetitivo, parcelado e monótono. Ford, em sua fábrica reduziu a jornada de 10 horas/dia para 8 horas/dia, permitindo ao pessoal viver mais tempo fora da fábrica, ou seja, aumentou o tempo para os trabalhadores consumirem, portanto aumentou a classe de consumidores;

Neo-fordismo: baseia-se em princípios de organização das forças produtivas a partir do controle automático da produção (automação) e os princípios de organização do trabalho, a partir da recomposição de tarefas. Exige um trabalhador mais qualificado, mais flexível, mais envolvido com a produção, mas na prática, segundo a chamada escola francesa (LARANJEIRA, 2002) os comandos numéricos computadorizados reproduzem a fragmentação do trabalho entre os que pensam ou programam e os que executam as operações de manutenção e operação de máquinas; a automação agrega qualidade e quantidade à produção, com aumento de desemprego, aumento do trabalho parcial ou sub contratado, expansão da economia informal e o retorno do trabalho doméstico artesanal;

Produção enxuta: está estruturado sobre a base da completa eliminação das perdas e tem o Just-In-Time (JIT) e a automação como seus pilares de sustentação. O sistema maximiza a flexibilidade, privilegia uma mão-de-obra multifuncional;

O modelo sócio-técnico da Volvo: a proposta da empresa de carros sueca era organizar o sistema de trabalho dentro de uma linha sócio-técnica, que enfatizasse não só as questões de produção, mas, também, as questões humanas envolvidas no trabalho. A grande inovação foi a eliminação da linha de montagem opressiva, da partição do trabalho, da pressão do ritmo imposto pela máquina e, principalmente, a concessão de autonomia aos trabalhadores para gerenciar seu próprio trabalho. A postura intitulada “neo-artesanal” consiste na produção ser

realizada em pequenas células de trabalho executada sobre uma plataforma estacionária. Cabe a cada equipe a montagem completa de um veículo. O ritmo de trabalho é determinado pelo próprio trabalhador, o qual tem que atingir uma meta especificada previamente, não existindo a rigidez de tarefa.

Paul Singer (1999) ao escrever sobre Economia Solidária cita como exemplo a criação da COPMEC – cooperativa criada pelos operários da Wallig (empresa metalúrgica, líder nacional no ramo de fabricação de fogões durante muitos anos). A empresa faliu em 1981, e os trabalhadores conseguiram ficar com a metalúrgica e a fundição em 1984. Diante do problema de se organizarem, conquistam a autogestão ao construir a cooperativa. A primeira coisa que fizeram, segundo estudo de Lorena Holzman da Silva, em sua tese de Doutorado em Sociologia do Trabalho, nos anos 90, na Universidade de São Paulo foi abolir o relógio de ponto, o que, tem uma importância simbólica e real de controle do tempo de produção. Isso significa dizer: *“ninguém mais vai bater relógio de ponto, nós vamos ser responsáveis, mutuamente, para dar o horário de trabalho que a gente se dá, porque, senão, quem der menos está explorando os seus próprios companheiros”*.

No momento seguinte, redefiniram o papel dos mestres, que continuaram na sua função, mas sem mandar mais, transformaram-se em coordenadores, instituíram uma assembléia geral para saber o que fariam com as sobras, enfim, construíram uma outra história.

Quando em 1989, a família Wallig conseguiu transformar a falência em concordata, ou seja, os trabalhadores poderiam voltar a ser empregados, que no início, era tudo o que eles queriam para não perderem os empregos, a resposta foi:

- *“não aceitamos voltar a ser empregados”*.

Deixaram as instalações para a família e foram continuar como cooperativa, como continuam até hoje, em Cachoeirinha, município vizinho a Porto Alegre (SINGER, 1999).

A organização dos trabalhadores da área de informática foi estudada por Merlo (1999), onde a participação coletiva desses trabalhadores teve, como consequência, a aprovação de legislação, no Brasil, específica para o trabalho em processamento de massa de dados. Desta forma redirecionaram a discussão dos adicionais de insalubridade, para a efetiva proteção à saúde.

O tele-trabalho é defendido por De Masi (2003) como argumento principal ao fim do trabalho. Analisa a importância de Taylor para o desenvolvimento industrial e defende que o grande salto tecnológico que presenciamos, a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, são marcas de nossa época, o ócio como uma grande manifestação do capitalismo pós-industrial. Sua abordagem, tanto em relação ao lazer ou ao ócio é sempre indireta (MARCELLINO, 1993), pois sua especialidade é o trabalho. Sua abordagem de lazer, com base na concepção idealista de sociedade e na crença ingênua do progresso tecnológico, nega a existência de uma luta de classes e pensa o futuro calcado no presente, sem apontar para transformações sociais, mas sim na mudança de mentalidade.

Seu compromisso de mudança passa por uma visão restrita ao primeiro mundo, pois quando se refere ao terceiro mundo, em sua obra, é para dizer que as coisas não boas da indústria, que não conseguimos resolver, levamos para o terceiro mundo ou quando refere-se ao Brasil, que seria um lugar próprio para o ócio criativo, pois

“em nenhum outro país do mundo a sensualidade, a oralidade, a alegria e a “inclusividade” conseguem conviver numa síntese tão incandescente” (DE MASI, 2000).

Segundo Marcellino, esta descrição não é feita a partir da Sociologia, mas sim de uma visão “turística” estereotipada (MARCELLINO, 2003).

2.3. A SOCIOLOGIA DO LAZER

2.3.1. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA DISCUSSÃO DO LAZER

A idéia que o lazer é algo mais do que mero tempo livre data dos filósofos da antiga Grécia, especialmente Aristóteles e Platão. Muitos escritores modernos interessados no lazer fazem referências às concepções gregas e as discutem.

Segundo Parker (1978) lazer baseava-se numa associação à “aprendizagem” ou cultivo do eu, em lugar de basear-se em tempo livre. O sentido original da palavra grega *scholē* era “parar” ou “cessar”, portanto ter paz ou silêncio. Posteriormente, passou a significar tempo disponível ou, especialmente, “tempo para si”. Mas, ainda segundo Parker (1978) é Sebastian De Grazia, em 1962 que adverte que os antigos gregos não viam o lazer simplesmente como tempo livre: “Percebe-se um elemento diferente, um tom ético, uma insinuação de que o tempo livre malbaratado não é lazer. O lazer é uma condição ou um estado – o estado de estar livre da necessidade do trabalho”.

A concepção grega de lazer era realmente parte de uma concepção mais ampla da natureza de um homem livre. Os gregos viam a capacidade de usar o lazer adequadamente como a base de toda a vida do homem livre. A extensão real de atividades que qualificavam o lazer era, entretanto, severamente restringida. Aristóteles citava apenas duas atividades como dignas do nome: lazer – música e contemplação. Tanto Aristóteles, quanto Platão valorizavam a contemplação acima de todas as outras atividades. “O homem em contemplação é um homem livre. De nada necessita. Portanto, nada determina ou deturpa seu pensamento. Ele faz aquilo que ama fazer, e o que faz é feito por prazer”.

Há objeções que podem ser levantadas contra esta concepção de lazer. Destaca-se dentre elas o fato de que a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo, o estilo de vida e o lazer, considerados apropriados aos “homens livres”, destinavam-se, de fato, a uma elite privilegiada.

É relevante assinalar que estamos nos referindo ao lazer grego ideal, que não corresponde necessariamente à prática do lazer grego. A participação em jogos constituía parte da educação da classe apta ao gozo do lazer, ou seja, a classe privilegiada.

A classe privilegiada foi nomeada por Veblen, no final do século XIX, como classe ociosa (VEBLEN, 1965).

Segundo Dumazedier (2001) a obra *The Theory of the Leisure Class* (1889) de T. Veblen demarca a fundação da sociologia do lazer.

Veblen, economista, filho de escandinavos e nascido nos Estados Unidos, utiliza-se de análises antropológicas para explicar o comportamento das classes dirigentes em busca do prestígio social. *The Theory of the Leisure Class* é um tratado sobre o esnobismo e a pretensão social, sua publicação coincide com o auge da “era dourada” do capitalismo americano, no final do século XIX e início do século XX. Descreve os gastos supérfluos, garantindo a boa fama dos ricos, não-produtores, superconsumidores, ociosos e fartos, rodeados de uma “classe doméstica” cada vez mais numerosa, dedicada à satisfação de seus gostos e prazeres dispendiosos e fúteis (cozinheiros, faxineiros, servidores de mesa, aias e amas, mordomos e governantas, preceptores, cocheiros e motoristas, jardineiros, costureiras, bordadeiras, cabeleireiros, manicures, maquiadores, chapeleiros, livreiros, decoradores, luveiros, etc.) (VEBLEN, 1965).

A esta classe ociosa Veblen (1965) trata como predadores ou como bárbaros. Estuda a divisão do trabalho por gênero, comparando a classe ociosa aos homens primitivos que matam animais, como símbolo de força e poder, mas não recolhem a caça, esperam para que a mulher, responsável por “atividades secundárias”, tal como recolher e cozinhar a parte ou o todo da caça que servirá de alimento a tribo; desta forma vai explicitando sua visão relativa aos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher ao longo da história.

Diz que a classe ociosa para ser respeitada tem que haver desperdício. Veblen, em 1899:

“Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhes dão os outros tal consideração” (VEBLEN, 1965).

Nos anos 1920-1930, na Europa e nos Estados Unidos, aparecem os primeiros estudos da Sociologia empírica do lazer, propriamente dita. A instauração da jornada de oito horas provoca a esperança e também a inquietude dos reformadores sociais: o tempo liberado será

utilizado para o florescimento ou para a degradação da personalidade? Na URSS, uma política de organização dos lazeres é acompanhada por pesquisas sobre os “orçamentos-tempo”. (DUMAZEDIER, 2001)

O Bureau Internacional do Trabalho de Genebra (um dos três organismos da OIT) organiza, em 1920, o 1º Congresso Internacional sobre o Tempo Livre dos trabalhadores; trezentos membros de dezoito nações participam dele. A necessidade de uma organização dos lazeres é colocada como corolário da diminuição do tempo de trabalho (DUMAZEDIER, 2001).

Em 1935 é publicado, na Grã-Bretanha, O elogio ao ócio de Bertrand Russel (matemático, Nobel de literatura em 1951), que entra para história como uma obra clássica na defesa de que o trabalho não deve ser o principal objetivo da vida. O propósito de O elogio ao ócio é lutar por um mundo em que todos possam se dedicar a atividades agradáveis e compensadoras, usando seu tempo livre não só para se divertir como também para ampliar seu conhecimento e capacidade de reflexão (RUSSELL, 2002):

“Quando sugiro a redução da jornada de trabalho para quatro horas, não quero com isso dizer que o tempo remanescente deveria necessariamente ser gasto em frivolidades. Quero dizer que quatro horas diárias de trabalho deveriam ser suficientes para dar às pessoas o direito de satisfazer as necessidades básicas e os confortos elementares da vida, e que o resto de seu tempo deveria ser usado da maneira que lhes parecesse ser a mais adequada”.

...

“Os modernos métodos de produção tornaram possíveis a segurança e o bem-estar para uma parcela maior de pessoas, mas, apesar disso, continuamos preferindo o sobretrabalho para alguns e a penúria para os demais” (RUSSELL, 2002).

Nos anos 1930-1950, nos Estados Unidos são abordados os problemas da “sociedade de massa” marcada pelo consumo, pela cultura e pelo lazer de massa.

Em 1937, é publicado HOMO LUDENS, de Johan Huizinga (1980), defendendo que a verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico. Explica as ações humanas sempre associando a jogos, inclusive o excedente da produção da indústria.

Apropria-se de metáforas platônicas de que: “o homem não passa de um brinquedo nas mãos de Deus, portanto todo homem e toda a mulher devem viver a vida de acordo com essa natureza, jogando os jogos...” ... “entre a festa e o jogo existe uma estreita relação, há um predomínio da alegria, ainda que a festa possa ser séria, há um limite no tempo e no espaço, há uma combinação de regras estritas com liberdade, em resumo a festa e o jogo têm em comum suas características principais e ambos implicam uma eliminação da vida cotidiana” (HUIZINGA,1980).

Em 1948, Riesman, Glazer e Denney (1971) escreveram *The Lonely Crowd*, no qual observaram uma importante transformação cultural.

O individualismo norte-americano passara por mudanças drásticas: do modelo vitoriano, rígido, introvertido, passara a um conformismo satisfeito, centrado na sociedade de consumo e baseado nos valores da sociabilidade, intercâmbio e inadaptabilidade à solidão. A *Multidão Solitária* dividia a sociedade em três categorias: orientadas por normas próprias ou individualistas; orientadas em tradições; e orientadas a partir dos outros.

“Para levar o indivíduo a estabelecer um contato que não o amedronte em face da nova série de oportunidades de consumo, é necessário alguns guias e sinalizações. Em nossa sociedade urbana, especializada, isto poderá exigir: “consultores de lazer”, ... agentes de viagem e turismo, técnicos em hotelaria, treinadores e professores de esportes, diretores de estâncias de férias, professores de artes, professores de dança, e assim por diante...” (RIESMAN, GLAZER e DENNEY, 1971)

“A diversão, longe de ser obrigatoriamente a esfera residual do período de trabalho e do sentimento de trabalho, poderá, cada vez mais, tornar-se a esfera para o desenvolvimento da habilidade e da competência na arte de viver” (RIESMAN, GLAZER e DENNEY, 1971).

Nos anos 1950-1960, Georges Friedmann foi o primeiro sociólogo francês a salientar o importante papel desempenhado pelo lazer na humanização técnica. Ele distingue as funções de distração e de compensação do lazer com respeito ao trabalho (DUMAZEDIER, 1973).

Na URSS, de 1956 a 1962, a passagem progressiva da jornada de 8 horas à jornada de 7 horas gera um desenvolvimento intenso de pesquisas sobre os orçamentos-tempo e as atividades do tempo livre.

Na Iugoslávia, em 1960, ocorre a primeira enquete sobre o lazer dentro de um contexto socialista, segundo os métodos da sociologia empírica. A sociologia empírica do lazer e da cultura de massa conheceu um desenvolvimento na Polônia, a partir de 1956 e, na Tchecoslováquia, em torno de uma equipe dirigida por B. Filipcova (DUMAZEDIER, 2001).

O conceito de cotidiano é apresentado nos estudos pós-guerra, por Henri Lefevre. Entende que a produção do ser humano de sua própria vida é um movimento que não se realiza nas altas esferas da sociedade, Estado, a ciência, a filosofia, a cultura, e sim na vida cotidiana. O cotidiano é o lugar social do feedback entre as diferentes relações e estruturas de uma sociedade, que assegura o seu funcionamento conjunto. É o espaço social do consumo organizado e da passividade mantida pela repressão e pela alienação. Para que o homem possa apropriar-se de suas condições de vida e romper com a alienação, para que a festa ocupe o lugar que lhe corresponde na existência humana, é necessária uma revolução cultural permanente que transforme a cotidianidade em uma obra e mude, assim, de sentido a vida inteira (PETERSEN, 1995).

2.3.2. A DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA

O Urbanismo está associado ao Industrialismo. Com o movimento chamado de Revolução Industrial, agrupamentos humanos, até então rurais, deslocam-se para um espaço próximo as indústrias, desta forma um novo conceito de conglomerado humano se apresenta.

Uma das diferenças quanto ao sentido do lazer é a existente entre as comunidades urbanas e rurais. O lazer nas sociedades agrárias é estruturado segundo o ritmo das tarefas diárias necessárias e das estações do ano, estando mais ligado à vida cotidiana, ao invés de ser uma coisa à parte.

O entendimento do lazer não pode ser efetuado “em si mesmo”, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada. É impossível abordar as questões do lazer isoladas das questões do trabalho, ou da educação (MARCELLINO, 2001).

Em Ergonomia, quando há referência à palavra lazer, não passa de uma frase e sempre associada a um conjunto de ocupações que não estão vinculadas ao trabalho. Por conseqüência, o lazer não é uma temática típica dos ergonomistas (IIDA, 1990; GRANDJEAN, 1998; WISNER, 1987).

As interrogações abaixo são algumas das questões comuns aos sociólogos do lazer (PARKER, 1978).

Qual a relação entre o comportamento diante do lazer e em outras esferas da vida?

Quais as semelhanças e diferenças entre o lazer e o trabalho?

Quais as semelhanças e diferenças entre o lazer e a educação?

Quais as semelhanças e diferenças entre o lazer e a religião?

Até onde uma compreensão do lazer requer uma abordagem interdisciplinar?

De que forma, pode-se tentar influenciar políticas sociais, que afetassem a maneira como milhões de pessoas tenham oportunidade de usufruir seu lazer?

Segundo Dumazedier (2001), o lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho.

Os estudos de Dumazedier e Parker, desde as últimas décadas do século XX até hoje, são referências correntes na área do lazer. Ambos denunciam a falta de pesquisas de caráter empírico sobre o tema. Enquanto que em diversos países as pesquisas sistemáticas nessa área vêm se realizando há mais de meio século, no Brasil, apenas nos últimos vinte anos, a recreação e o lazer vêm merecendo a atenção de um número reduzido de estudiosos. Por tratar-se de um tema interdisciplinar, os esforços para a consecução dos objetivos de uma pesquisa ficam prejudicados pela própria estrutura monodisciplinar e reducionista, que permeia o ambiente acadêmico brasileiro. No caso do tema do lazer, é praticamente propriedade da Educação Física (BRAMANTE, 1993).

São poucos os diagnósticos, os inventários de recursos existentes ou mesmo o conhecimento dos hábitos de lazer dos distintos segmentos da população (BRAMANTE, 1993).

Ao estudar o esporte praticado em momentos de lazer, Stigger refere que nos estudos da área dos esportes, o lazer também fica em segundo plano (STIGGER, 2002).

“No mito do paraíso terrestre, as ações humanas, hoje ditas trabalho e lazer, não se configuram como fenômenos opostos, fazem parte de uma mesma esfera de atividade e assim interpenetram-se mutuamente” (CUNHA, 1987).

Estudos de antropologia relativos à vida cotidiana de povos em sociedades mais simples registram um padrão de trabalho e lazer muito mais integrado do que o nosso. Os povos primitivos tendem a dar a muitas de suas atividades cotidianas um caráter lúdico.

Entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Entender o lazer como espaço privilegiado para manifestação do lúdico na nossa sociedade não significa absolutizá-lo ou, menos ainda, considerá-lo como único (MARCELLINO, 2001).

Courtine utiliza-se de Huizinga para explicar o desenvolvimento da cultura americana do corpo:

“Ninguém ficaria mais sem fazer nada. Lutar contra o tempo morto, a vacuidade, a desocupação: esses prolongamentos da ética puritana da “tarefa” marcaram profundamente o desenvolvimento de uma civilização americana do lazer, tendendo a nela confundir o dever e o prazer, o útil e o agradável. A herança desse conjunto de práticas e desse modelo psicológico pesa ainda, com todo o peso de seus paradoxos, sobre a cultura americana do corpo” (COURTINE, 1995).

2.3.2.1. DEFINIÇÕES DE LAZER

Há três formas gerais de definir o lazer (PARKER, 1978).

2.3.2.1.1. Definição residual - é considerar as vinte e quatro horas do dia, subtraindo delas os períodos que não são de lazer: trabalho, sono, alimentação, atendimento às necessidades fisiológicas. Para Marx e os marxistas, bem como os economistas e os sociólogos do trabalho, esta seria a melhor definição à medida que sempre se referem a lazer como não-trabalho (DUMAZEDIER, 2001).

A sociologia do lazer não trata, segundo esta definição, por exemplo, do lazer das mulheres que trabalham como donas de casa. Bem como não trata do lazer da mulher trabalhadora, que no seu horário de “não-trabalho”, transforma-se em dona de casa.

Suponhamos que as atividades familiares fossem compartilhadas em igualdade de condições entre homens e mulheres, como tais atividades seriam classificadas, como lazer, ou como trabalho?

2.3.2.1.2. Definição qualidade da atividade – não há referência ao tempo destinado ao lazer, mas ao que as pessoas fazem. O lazer não seria uma categoria, mas um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em não importa qual atividade: pode-se trabalhar com música, estudar brincando, lavar a louça ouvindo música, promover um comício político com malabaristas, misturar o erotismo ao sagrado, etc. Toda atividade pode ser um lazer (DUMAZEDIER, 2001). Seria uma definição mais psicológica que sociológica, pois ela diz respeito a atitude de alguns, nos comportamentos comuns a todos. Confunde lazer com prazer e lazer com jogo.

2.3.2.1.3. Definição residual/qualidade – compõe tempo, residual ou não, com a qualidade da ocupação. É uma série de ocupações com as quais o indivíduo pode comprazer-se de livre e espontânea vontade – quer para descansar, divertir-se, enriquecer seus conhecimentos ou aprimorar suas habilidades desinteressadamente, quer para aumentar sua participação voluntária na vida da comunidade, após cumprir seus deveres profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticos (DUMAZEDIER, 2001).

Consideraremos na definição de lazer a dimensão tempo associada “ao que fazer”. Parker refere “ao que fazer” como atividade e Marcellino, à atitude (PARKER, 1978 e MARCELLINO, 2001).

O Lazer está inserido numa sociedade que traz consigo muitos constrangimentos relativos à apropriação do tempo, mas que, mesmo assim, nesse tempo, o indivíduo tem a possibilidade de realizar escolhas, em busca de atividades que lhe dão prazer. (STIGGER, 2002).

A quantidade de tempo de que dispomos para o lazer determina o que podemos fazer neste período. Dumazedier distingue os diversos lazeres, da seguinte forma: o lazer do final do dia, o lazer do final de semana, o lazer do final de um ano (férias) e o lazer do final da vida (aposentadoria), ao conjunto destas atividades, chama: LAZER.

Os desempregados, porque perderam o emprego ou porque ainda não entraram no mercado de trabalho, bem como aposentados com baixos rendimentos “têm muito tempo de folga”, mas é pouco provável que considerem estar gozando de lazer, daí segue a necessidade de declarar que “tempo livre”, não necessariamente, é lazer.

Parker, refere-se a pesquisas sobre diferentes significados que o lazer pode ter para as pessoas, onde Robert Havighurst conclui de seus estudos que grupos de idade, sexo e classe social diferentes podem extrair valores semelhantes do lazer, mesmo que o conteúdo deste seja distinto. Os principais significados (definidos como satisfações sentidas ou razões para empreender uma atividade específica de lazer) foram os seguintes, em ordem de frequência: o mero prazer da atividade em si, fazer algo que não o trabalho, o contato com os amigos, proporcionar alguma experiência nova, fazer passar o tempo, e trazer uma sensação de criatividade. Dentre as diferenças encontradas, verificou que maior número de mulheres preocupavam-se com o aspecto “criativo” e que mais pessoas das classes operárias mencionaram “fazer passar o tempo”.

“Recreação” é um termo frequentemente utilizado para designar algo semelhante ao lazer, deve-se considerar tal diferença, pois a recreação sempre indica algum tipo de atividade, é um sistema de controle social, e como todos os sistemas de controle social, é até certo ponto manipulável, coercivo e doutrinador. O lazer não é nada disso (PARKER, 1978).

2.3.2.2. Propriedades do Lazer

Associaremos, segundo recomendação de Dumazedier um sistema de caracteres constitutivos do lazer:

2.3.2.2.1. Caráter liberatório: o lazer resulta de uma livre escolha. O lazer é liberação de um certo gênero de obrigações. Depende, como toda atividade, das relações sociais, das obrigações interpessoais (contratos, encontros). Existem obrigações ou regras em um grupo de pessoas, por exemplo, que se encontram para jogar todas as quintas feiras às 20 horas, em um determinado local. Mas implica a liberação de um gênero de obrigações institucionais, porque são impostas por organismos constitutivos da própria sociedade: instituições profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. Em face destas obrigações institucionais primárias, as obrigações provenientes dos organismos de lazer, mesmo quando são severas, apresentam um caráter secundário, do ponto de vista da sociedade. O lazer implica dialeticamente estas obrigações fundamentais. Ele se lhes opõe, mesmo supondo-as. Para que tenha início, cumpre que elas terminem. É em relação a elas que ele se define. Assim, o lazer é primordialmente liberação do trabalho profissional que a empresa impõe. Para a criança, é liberação do trabalho imposto pela escola. O lazer é liberação das obrigações fundamentais primárias impostas pelos demais organismos básicos da sociedade. Reciprocamente, quando a atividade do lazer se torna profissional (o campeão de esporte amador, torna-se profissional) obrigação escolar (cinema obrigatório, ir ao museu na determinada hora), obrigação familiar (passeio imposto), obrigação religiosa ou política (galeto no salão paroquial para angariar verba para..., no domingo ao meio dia), muda de natureza, do ponto de vista sociológico, mesmo quando seu conteúdo técnico não muda, mesmo quando a atividade proporciona ao indivíduo as mesmas satisfações.

2.3.2.2.2. Caráter desinteressado: esta propriedade é o corolário da anterior no plano da finalidade. O lazer não está submetido a fim lucrativo, como o trabalho profissional, nem a fim utilitário, como as obrigações domésticas, nem a fim ideológico ou proselitístico, como os deveres políticos ou espirituais. No lazer, o jogo, a atividade física, artística, intelectual ou social, não se acham a serviço de fim material ou social algum, mesmo quando os determinismos materiais ou sociais pesam sobre eles, mesmo quando é objeto de tentativas de integração por parte das instituições profissionais, escolares, familiares, sócio-espirituais, sócio-políticas.

2.3.2.2.3. Caráter hedonístico: na quase totalidade das pesquisas empíricas, o lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação, tomado como um fim em si (DUMAZEDIER, 2001). Esta busca é de natureza hedonística. Certamente, a

felicidade não se reduz ao lazer, ela pode acompanhar o exercício das obrigações sociais de base. A alegria não é o resultado automático deste artifício social que “deveria servir para gerar a alegria”: o jogo. Mas a procura do prazer, da felicidade ou da alegria, é um dos traços fundamentais do lazer da sociedade moderna. Quando este estado de satisfação cessa ou se deteriora, o indivíduo tende a interromper a atividade. Ninguém é ligado à atividade de lazer por uma necessidade material ou por um imperativo moral ou jurídico da sociedade. A busca de um estado de satisfação é de fato a condição primeira do lazer. Tal estado pode ser a rejeição de toda tensão, de todo cuidado, de toda concentração. Pode também ser o esforço voluntário, a alegria diferida. No jogo contra os elementos, contra um homem ou contra si mesmo, a busca do desempenho ou da sabedoria pode levar a um esforço mais intenso do que o trabalho profissional. Um grupo de alpinistas, uma equipe de esportes radicais, exige disciplina. Mas o esforço, o rigor e a disciplina foram escolhas livres, na expectativa de uma alegria desinteressada, não de fins utilitários. “Este caráter hedonístico é tão fundamental que, quando o lazer não proporciona a alegria, a fruição esperada, seu caráter é traído: ‘não é interessante’, ‘não foi engraçado’. O lazer não é mais, totalmente, ele mesmo, é um lazer empobrecido” (DUMAZEDIER, 2001).

12.3.2.2.4. Caráter pessoal: todas as funções manifestas do lazer, expressas pelos próprios interessados respondem às necessidades do indivíduo, face às obrigações primárias impostas pela sociedade. O lazer está diretamente ligado à possível deterioração do indivíduo (por exemplo: alcoolismo) ou à livre defesa de sua integridade contra as agressões de uma sociedade industrial e urbana cada vez menos natural, cada vez mais cronometrada e organizada.

2.3.2.3.O LAZER E A RELAÇÃO ESPAÇO TEMPO

As ações humanas realizam-se num espaço, durante algum tempo, trataremos dos vínculos entre o tema do lazer com o espaço e o tempo, com o viés dos urbanistas, dos historiadores, sociólogos, dos matemáticos e dos epistemólogos.

2.3.2.4. O LAZER E OS MOVIMENTOS URBANOS

Um marco na história do Urbanismo é a Carta de Atenas de 1933, organizada por Le Corbusier e seus seguidores. Nessa carta encontramos três funções fundamentais para

nortear o urbanismo: a) habitar, b) trabalhar, c) recrear-se. Seus objetos são: a) a ocupação do solo, b) a organização da circulação, c) a legislação (LEFEBVRE, 1978).

A rua, segundo Lefebvre (1978), não é um simples lugar de trânsito, pois é um lugar de informações e intercâmbios humanos, encontros, relações e iniciativas entre grupos, um lugar de espetáculo e estímulo.

Em uma conferência pública, Lefebvre, em 1962, afirma que uma cidade projeta sobre um terreno uma sociedade, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade, compreendida sua cultura, instituições, ética, valores, em resumo, suas supraestruturas, incluindo sua base econômica e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita (LEFEBVRE, 1978).

“A cidade é um espaço-tempo e não somente uma projeção de uma estrutura social, de uma sociedade global em um mero espaço” (LEFEBVRE, 1978).

Segundo Marcelino (1993), enquanto na Europa o tema do lazer estava mais associado ao industrialismo, no Brasil o tema estava mais fortemente associado ao fenômeno da urbanização da vida nas grandes cidades.

Para Rolnik (2000), o urbanismo modernista contribuiu para desagregar as funções da cidade, definindo de forma compartimentada um lugar e uma missão diferente, provocando a diminuição das possibilidades e da quantidade de contatos e misturas de usos que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública. A aceleração da evolução desse modelo privatista trouxe como resultado concreto a desigualdade social, econômica e política exacerbada pelo modelo neoliberal (ROLNIK, 2000).

Ao tentar compreender o significado que tinham as formas de entretenimento, que preenchem o tempo livre das populações dos bairros periféricos de São Paulo, Magnani, no começo dos anos 80, descobriu que a população local, ainda ia ao circo, mesmo que a maioria da população estudada tivesse televisão, pois o circo “fala uma linguagem que os espectadores entendem e oferece um espetáculo que é do seu agrado”.

Percebeu que o circo representava uma relação entre o espaço da casa e o espaço da rua, o circo foi estudado como uma manifestação do lazer daquela população trabalhadora no espaço urbano (MAGNANI, 1998).

Uma crescente importância na construção de instalações e equipamentos de recreação e lazer é a necessidade da universalização do acesso. “A barreira arquitetônica é a primeira a ser quebrada para que outras possam ser gradativamente rompidas através de programas adequados e profissionais competentes” (BRAMANTE, 1993).

Segundo Bramante (1993), com o aumento da expectativa de vida, os equipamentos urbanos, precisam cada vez mais serem adequados ao seu público em expansão.

2.3.2.5. A OCUPAÇÃO DO TEMPO

O lazer é entendido como a cultura, compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. Essa vivência tem caráter “desinteressado”, ou seja não se busca, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio.

O “bico”, a que os franceses chamam de “travail noir”, equivale ao trabalho executado fora do emprego regular, nas horas vagas.

Segundo, Dumazedier (2001), Friedmann em 1970, afirmou que o tempo liberado é sentido como se fosse oco e que ele é preenchido com “bricolages” - pequenas tarefas remuneradas - ou um segundo emprego, não somente porque se tem fome, mas também porque se deseja preencher um vazio.

Afirma Stigger (2002), que em seus estudos há uma grande diferença de atenção em favor dos estudos feitos sobre o esporte desenvolvido no âmbito oficial, se comparados aos elaborados sobre os esportes praticados especificamente no contexto do lazer, bem como afirma que na bibliografia disponível nas ciências sociais, que a área do lazer é relativamente negligenciada, se comparada aos estudos nos quais o trabalho é a categoria central.

Nas entrevistas com os sujeitos de sua pesquisa, suas atividades de lazer, são diferentes das atividades do seu trabalho. Stigger estudou grupos que escolheram o esporte como atividade para passarem o seu tempo livre. Segundo esse autor, a prática do esporte seria mais uma, dentre outras maneiras de expressar um determinado estilo de vida (STIGGER, 2002).

Marcellino (1999) acompanhou um grupo de corredores em Campinas, SP, com o propósito de estudar um grupo associativo, que ia além da atividade física no tempo de lazer.

Encontrou um grupo solidário e ativo, no sentido de vivência compensatória entre o querer fazer e o poder fazer, que o grupo possibilitava.

2.3.2.6. O LAZER COMO UM PRODUTO

A observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valorizam-se a performance e o produto – e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou status. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, nos fins de semana, períodos de férias ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.

Neste sentido é que encontramos, ao fazermos buscas na rede internacional de computadores, pela palavra lazer, a venda de produtos das mais variadas áreas, em destaque os pacotes turísticos.

Do ponto de vista histórico, (KURZ, 2000) afirma que a utopia do lazer falhou à medida que aumentou realmente o tempo livre, mas este foi imediatamente ocupado pela própria finalidade do capital: a indústria da cultura e a indústria do lazer passaram a ocupar e a colonizar o tempo penosamente conquistado.

2.4. A MACROERGONOMIA E O TEMPO

“Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob novas bases, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Uma sociabilidade construída por sujeitos em livre associação, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo” (ANTUNES, 2001).

2.4.1. O TEMPO DE TRABALHO

Segundo Rosso (2002), a quantidade de tempo que uma pessoa trabalha e a forma de uso do tempo, tornam-se questões socialmente relevantes a partir do momento em que o trabalho passa a ser controlado por terceiros e não mais pelo próprio agente, ou seja, quando as relações de trabalho de autônomas tornam-se heterônomas, o tempo de trabalho passa a ser um elemento em relação ao qual as pessoas se organizam, visando ao controle sobre ele. Por isso, no curso de história, os regimes que se organizaram em torno do trabalho heterônimo, os regimes escravos, os regimes servis feudais ou outros, e que estruturaram sistemas completos ou parciais de classes, têm potencialmente em torno ao tempo de trabalho uma questão social de importância, a saber, quanto tempo de suas vidas as pessoas deverão dedicar ao trabalho, em que momentos trabalharão e com que grau de intensidade deverão fazê-lo.

Mas é no sistema capitalista que o tempo de trabalho ganha maior dimensão social e, conseqüentemente, conceitual. Isto porque o capitalista não mais adquire a ‘pessoa’ do trabalhador, como no sistema escravo ou servil, mas o tempo durante o qual o trabalhador possa colocar em ação sua força de trabalho. Nasce com o próprio capitalismo a gênese do conceito de tempo de trabalho. Em que pese esse argumento, todos os regimes sociais nos quais vigem relações de trabalho heterônomas, o tempo de trabalho é um pólo potencialmente aglutinador de interesses, deflagrador de movimentos e ações, portanto, um elemento que exige um tratamento conceitual próprio.

A duração da jornada não é um dado fixo, preestabelecido no decorrer da história. Os processos de produção de bens e serviços e de acumulação de riqueza, em cada sociedade, regem a sua duração.

Segundo De Masi (2003), foram os sociólogos franceses – entre eles principalmente André Gorz e depois Guy Aznar – que propuseram entre o fim dos anos 70 e início dos 80 , uma drástica redução do horário de trabalho e um replanejamento do modelo de vida industrial. Entende que com o direito ao trabalho o homem realizou a sua condição industrial e com o direito ao ócio o homem realizará a sua condição pós-industrial.

A Organização Internacional do Trabalho a OIT(1991) tem Convenções que tratam de referenciais de tempo no trabalho, quais sejam: Convenção número 14 da OIT, de 1921 estabelece um mínimo de 24 horas consecutivas de descanso por semana.

Convenção número 132 da OIT, de 1970, estabelece um mínimo de três semanas de férias anuais pagas.

Em 1987 O Conselho de Administração do Escritório da OIT, incluiu a Recomendação sobre a redução da duração do trabalho em sua classificação dos instrumentos que deveriam ser colocados como prioritários.

Nesta recomendação se afirma que paulatinamente a jornada de 40 horas semanais fosse adotada como máxima, sem redução de salários.

2.4.2. O TEMPO

2.4.2.1 A consciência do tempo

Conta-nos Whitrow, estudioso da história do tempo e da influência geral do tempo sobre a atitude mental e o modo de vida em diferentes eras e civilizações que, em 1752, quando o governo britânico decidiu alterar o calendário de modo a fazê-lo coincidir com o que fora previamente adotado pela maioria dos outros países da Europa Ocidental, e decretou que o dia seguinte a 2 de setembro deveria ser registrado como 14 de setembro, muita gente pensou que, com isso, suas vidas estavam sendo encurtadas. Por acreditarem que perderiam 11 dias de pagamento, houve motim de operários, inclusive com morte de alguns. Este movimento ficou registrado na história como: “devolvam nossos 11 dias!” (WHITROW, 1993).

O horário que seguimos é baseado na rotação da Terra, portanto a cada volta completa da terra em torno de si mesma temos um dia, assim como o movimento elíptico da terra em torno do sol, chamado de movimento de translação nos dá o ano. Dito de outra forma, por ser o interesse deste trabalho: o tempo que a terra leva para dar uma volta completa em torno do sol é dito, convencionalmente, ano.

O modo como o dia terrestre é dividido em horas, minutos e segundos é puramente convencional.

Ainda que nossa consciência do tempo seja produto da evolução humana, nossas idéias de tempo não são inatas nem automaticamente aprendidas, e sim construções intelectuais, portanto sócio-culturais, que resultam da experiência e da ação (PIAGET, 1979).

A sensação do tempo que passou ou do porvir é pessoal e nossa crença da duração do tempo não é uma consequência da experiência vivida, mas da reflexão sobre esta experiência (WHITROW, 1993; BETH & PIAGET, 1961 e PIAGET, 1984).

Para Elias (1998) há uma coerção do tempo de natureza social, pois é exercida pela multidão sobre o indivíduo, mas também repousa sobre dados naturais, como o envelhecimento.

É corrente que, à medida que ficamos mais velhos, o tempo tal como registram relógios e calendários, parece passar cada vez mais depressa.

Nosso sentido do tempo envolve alguma consciência da duração dos acontecimentos e também das diferenças entre passado, presente e futuro, a chamada série temporal.

2.4.2.2. O Tempo e as bases naturais de medição

O dia: o método mais antigo de contar o tempo apóia-se em fenômenos prontamente reconhecíveis. Um exemplo é a contagem dos dias em termos de auroras. Observe-se que nesta técnica de contagem não são as unidades que são contadas, mas sim o fenômeno concreto que ocorre uma única vez dentro dessa unidade. Em vez de recorrer a “aurora” e “dia”, alguns povos contam o tempo pelo número de noites.

Uma grande variedade de convenções foi usada para estabelecer quando começa a unidade dia. Os egípcios antigos escolheram a aurora, os babilônios, judeus e muçulmanos escolheram o pôr-do-sol. A aurora marcava o início da unidade dia na Europa ocidental até o advento do relógio que batia as horas no século XIV: mais tarde, porém, a meia-noite foi escolhida como início do dia civil. Astrônomos, como Ptolomeu, julgavam mais conveniente o meio-dia, que continuou sendo o início do dia astronômico até 1º de janeiro de 1925, quando, por um acordo internacional, o dia astronômico passou a coincidir com o dia civil (HOGBEN, 1956).

O ano: ainda que cada ano apresente normalmente o mesmo ciclo de fenômenos, gradualmente o homem aprendeu a unir as diferentes estações numa única unidade temporal. Este foi um passo difícil para os povos que viviam nas regiões equatoriais, em que há duas metades de ano similares, cada uma com seu tempo de semear e de colher, já que as plantações é que davam o significado ao “ano” (WHITROW, 1993).

O homem observou, naturalmente, que as constelações do firmamento noturno variam com as estações, e que cada noite, nascem e se põem um pouco mais cedo que na precedente. Quase todos os povos primitivos sabiam reconhecer as estações, observando quais as primeiras constelações que se viam nascer logo após o pôr-do-sol, e também contar o número de luas transcorridas entre as estações secas e chuvosas. Os egípcios, antes de 4000 a.C., já haviam fixado a duração do ano em 365 dias, e o fizeram contando os dias transcorridos entre

as duas ocasiões sucessivas em que se via a estrela do cão, Sírius, nascer pouco antes do arrebol (HOGBEN, 1956).

A tarefa social de observar os fenômenos da natureza associados as estações é ora confiada aos sábios das tribos, ora confiada aos mais velhos.

2.4.3. O TEMPO DE LAZER

Antigamente, o número de dias de lazer (tempo livre) do trabalhador comum era muito maior do que durante a revolução industrial. Praticamente de três em três dias havia alguma espécie de feriado (RYBCZYNSKI, 2000).

Os índios hopis do sudoeste americano dedicavam mais da metade do ano ao descanso (RYBCZYNSKI, 2000).

Dumazedier reuniu uma série de conclusões de seu estudo na França para reforçar o ponto de vista de que os efeitos do lazer no trabalho são mais marcantes do que o inverso.

Muitos jovens procuram as oportunidades de lazer nos empregos que escolhem. Os executivos e suas esposas recusam situações em locais onde a vida após o trabalho seja insatisfatória. A própria organização das companhias baseia-se muitas vezes em métodos de concorrência, cooperação e competição próprios dos esportes, e numerosas técnicas de melhoria e treinamento do trabalho têm se inspirado em técnicas dos treinadores esportivos. Embora Dumazedier dê a impressão de apoiar a maior parte dessas iniciativas, ele chama atenção para o lado negativo do quadro: o benefício de atividades recreativas freqüentemente acarreta a recusa de qualquer compromisso quer com a companhia, quer com o sindicato (DUMAZEDIER, 1973).

A influência do lazer no trabalho é também vista no fato de que uma proporção da população trabalha para alguma indústria do lazer. Entre estas, estão as indústrias que fornecem diversões, equipamentos para esportes e jogos, recursos para férias, materiais para hobbies, uma parte considerável do transporte, produção de livros, cuidado de jardins e de animais de estimação, e assim por diante. Os empregados nessas ocupações freqüentemente se

vêm no paradoxo de uma situação em que o lazer dos outros é seu próprio trabalho. As ocupações das indústrias do lazer oferecem campo para um “estilo apropriado” ou desempenho personalizado; o exercício de autoridade e sanções quando as regras deixam de ser cumpridas geralmente só são aplicados quando o público não está presente, verificando-se tensões especiais resultantes de tais situações. Garçonetes e atores, por exemplo, precisam corresponder às expectativas do público que paga.

Parker (1978), refere estudo da classe média no Japão, encontrando que o homem de negócios japonês, como o norte-americano, tem dificuldade em distinguir o tempo de trabalho do tempo de lazer, e freqüentemente distrai seus clientes levando-os ao campo de golfe ou a uma festa que tenha gueixas como atração. Os médicos, como os homens de negócios prósperos, raramente fazem uma separação marcante entre o trabalho e o lazer. É o homem assalariado que faz a maior distinção entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Ele geralmente tem um horário fixo, e assim pode destinar certas horas do dia e certos dias da semana para si próprio e para sua família (PARKER 1978).

Segundo Harada (2000), hoje em dia os japoneses podem ser classificados segundo duas categorias básicas: a dos orientados-para-lazer, isto é aqueles que trabalham para se divertir, e a dos orientados-para-trabalho, para os quais as atividades relacionadas ao trabalho ainda ocupam a maior parte de suas vidas. O governo japonês aprovou uma lei, que entrou em vigor em 1987, a chamada Lei do Resort, para compensar a redução da jornada de trabalho, reciprocamente, há um investimento na indústria do lazer, portanto deve haver garantia de consumidores deste produto, decorre daí a necessidade de reduzir jornada de trabalho. Ainda, segundo Harada (2000) o número de pessoas que anualmente (dados publicados em 1998) utiliza os complexos construídos com base na Lei do Resort é de 170 milhões de pessoas no Japão.

Segundo Parker (1978) estudos que descreviam as conseqüências sobre o lazer dos funcionários de uma fábrica de aviões que utilizaram o sistema de um fim de semana de três dias para cada mês, sem redução no total de horas de trabalho mostraram que, inicialmente a atitude geral ante a mudança foi favorável, mas após um certo tempo, maior número de pessoas mostraram-se insatisfeitas com o fim de semana de três dias (PARKER, 1978).

Parker (1978) também refere trabalhos que examinaram o efeito de rotações de turnos de trabalho nas atividades de lazer, onde a conclusão é que tais trabalhadores mostravam-se

menos ativos em seu lazer e passavam mais tempo em casa do que os outros trabalhadores (PARKER, 1978).

2.4.4. FUNÇÕES CONTINUADORAS E FUNÇÕES COMPENSATÓRIAS – A RELAÇÃO ENTRE O TEMPO DE LAZER E O TEMPO DE TRABALHO.

Pode-se dizer que o trabalho atinge e penetra no lazer no sentido de que o lazer é a continuação das experiências e atitudes de trabalho; o lazer é compensatório se procura compensar as insatisfações sofridas no trabalho. Nesta perspectiva, Parker, em 1972, realizou pesquisa em caráter experimental identificando estes dois tipos de funções e acrescentou um terceiro. Fez a distinção entre extensão, oposição e neutralidade.

O padrão da extensão caracteriza-se basicamente pela similaridade entre pelo menos algumas atividades de trabalho e lazer, e pela falta de demarcação entre trabalho e lazer. Encontrou este padrão entre assistentes sociais, médicos, professores e outros semelhantes.

Os aspectos básicos do padrão oposição são a falta de similaridade intencional entre trabalho e lazer e a nítida demarcação entre as duas esferas. Este padrão está entre as pessoas cujo trabalho é fisicamente árduo, como os mineiros ou os operários em campos petrolíferos.

Um terceiro padrão, de neutralidade, é apenas em parte definido por um conteúdo geralmente diferente de trabalho e lazer e por uma demarcação média de esferas. Não representa a posição intermediária entre os dois outros padrões porque denota mais uma separação do trabalho do que uma ligação positiva ou negativa. Com freqüência, vincula-se a empregos “cinzentos” nem gratificantes nem opressivos. Essas pessoas costumam ser passivas e desligadas no lazer e no trabalho.

Parker, sugere que cada um dos três padrões de relação trabalho-lazer é associado a uma série de outras variáveis de trabalho e não-trabalho. As pessoas com alto grau de autonomia no trabalho provavelmente seguem o padrão da extensão, e aqueles com pouca autonomia tendem ao padrão da neutralidade (o efeito da autonomia sobre o padrão da oposição não é claro). A extensão é, em geral, acompanhada por uma sensação de ser “incentivado” pelo trabalho, a neutralidade por sentir-se “entediado” quanto a ele e a oposição por ser “prejudicado” por ele.

Segundo Parker (1978), Kenneth Roberts sugeriu que as relações entre trabalho e lazer descobertas no plano das idéias não serão necessariamente refletidas no comportamento. O lazer pode ser mais poderoso que o trabalho em termos de dar mais sentido à vida das pessoas, e, apesar disso, é possível que o trabalho influencie mais o comportamento no lazer do que o inverso. Roberts observa que a divisão entre os níveis individual e social da análise atravessa a distinção entre os planos do comportamento e das idéias.

Estudo realizado por Bishop e Ikeda, em 1970, com trinta e duas atividades de lazer de pessoas em dezoito ocupações. Chegaram a conclusão de que o lazer ativo daquelas em ocupações de elevado prestígio poderiam indicar um mecanismo compensatório de lazer para a vida sedentária de muitas dessas ocupações. Mas as pessoas em ocupações mais masculinas tendiam a participar de um lazer orientado para atividades masculinas, enquanto que aquelas em ocupações femininas tendiam a escolher um lazer tipicamente feminino. Além desses dois padrões, os pesquisadores sugeriram um terceiro: o trabalho e o lazer podem ser contrastados em termos de exigências de energia, mas semelhantes em termos de suas exigências de sociabilidade. Em outras palavras, a compensação pode ser um processo mais físico, e a continuação um processo mais mental (PARKER,1978).

Dumazedier (2001), entende que o lazer mais completo é aquele que garante aos sujeitos, ao mesmo tempo, possibilidade de criação, possibilidade de compensação e possibilidade de não monotonicidade.

Para Gebara (2000), ao abordar a importância do trabalho de Norbert Elias e a Teoria do Processo Civilizador, a questão central do lazer não seria a libertação das tensões, ou os mecanismos compensatórios, mas sim o desenvolvimento de uma tensão agradável, de uma tensão-excitação, como o mecanismo central da satisfação no lazer.

Para Marcellino (1993) a situação do lazer que vivemos hoje pode assim ser caracterizada; extremos que incluem:

a) desde a volta, ou o retrocesso de comportamentos, pelos mais variados temores, até a procura desesperada por emoções fortes, pela vertigem, numa lista muito extensa, que engloba os “surfistas ferroviários”, os “rachas”, as “pichações”;

b) o salto no vazio do bungee jump de alguns, e a parcela da população da região metropolitana de São Paulo que andam a pé, por falta de dinheiro, acordando por volta das 3 horas para chegar ao trabalho às 7 horas ou às 8 horas;

c) a fuga dos condomínios padrão de consumo “classe A”, com a individualização e segmentação dos imóveis, e os núcleos urbanos dos conjuntos habitacionais, sem vida, cheios de prédios iguais e enfileirados;

d) as retiradas dos habitantes das grandes cidades, nos feriados prolongados, entupindo as estradas em congestionamentos, e o hábito de passar os finais de semana dentro de casa;

e) extremos que curiosamente se aproximam, podendo dar uma idéia da dificuldade de tratar do assunto - o lazer - , indo das práticas “politicamente corretas” à proliferação de games tematizando o racismo e a xenofobia, que se verificam em países europeus, ou mocinhos e bandidos de volta no paintball (MARCELLINO, 1993).

Propõe-se, nos capítulos seguintes, a busca de nexos entre o conteúdo do trabalho de um conjunto de trabalhadores e suas vivências de lazer, sofrimento no trabalho e prazer no trabalho.

3. UM ESTUDO DE CASO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Segundo Nascimento (1995) pouco se escreve sobre o Poder Judiciário no Brasil e segundo Sadek (1995), enquanto o Legislativo e o Executivo são focos de muita atenção, o Judiciário tem sido objeto de poucos estudos, “sobretudo por parte de pessoas ligadas a instituições que não o próprio Poder Judiciário. Esta constatação vale para outros países do mundo, inclusive para os Estados Unidos, onde a pesquisa na área de Ciências Sociais é intensa” (SADEK, 1995).

Em pesquisa da área de Ciências Sociais, Colombo (2001) investiga a atuação do Supremo Tribunal Federal, desde a promulgação da Constituição de 1988. Escreve: “as transformações sociais têm se caracterizado pela opção das classes dominantes por reformas pelo alto, mediante conciliações e concessões mútuas entre antigas e novas classes dominantes” (COLOMBO, 2001).

A organização do Poder Judiciário Federal ocorreu no bojo das transformações provocadas pelo esgotamento da ordem política imperial e dos desdobramentos advindos da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Durante o período republicano, o Brasil viveu duas ditaduras: a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, na primeira metade do século XX e a ditadura Militar, desde 01 de abril de 1964 até o início dos anos 80. Como períodos ditatoriais, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo foram enfraquecidos diante do Poder Executivo.

“o Marechal Arthur da Costa e Silva, sob o pretexto de assegurar a continuidade das idéias e princípios da Revolução de 1964, editou o Ato Institucional nº 05, de 13 de dezembro de 1968, modificando a Constituição ... – lembre-se que o AI 5, foi o mais autoritário da história política do país, atingindo sobremaneira a independência e soberania do Poder Judiciário, cujos magistrados tiveram suspensas suas garantias constitucionais...” (ALMEIDA, 1996).

Com a promulgação da Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que se estabelecia um marco importante no processo de redemocratização, abria-se uma nova etapa de transição, que, inacabada do ponto de vista político-institucional, deveria equacionar os desafios da consolidação do regime democrático e da efetivação dos direitos constitucionais (COLOMBO, 2001).

O Poder Judiciário passa a elaborar orçamento próprio junto ao Executivo, a ser submetido ao Congresso Nacional. Ocorreu ainda ampla reorganização e redefinição das atribuições dos órgãos do Poder Judiciário, incluindo a extinção do Tribunal Federal de Recursos (criado pela Constituição Federal de 1946) e a criação do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, cujo objetivo foi descentralizar a justiça de 2ª instância (FREITAS, 2003).

O artigo 92 da Constituição Brasileira organizou, o Poder Judiciário da seguinte forma:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I – O Supremo Tribunal Federal;

II – O Superior Tribunal de Justiça;

III – Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV – Os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V – Os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI – Os Tribunais e Juízes Militares;

VII – Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Sendo o Tribunal Regional Federal o órgão de segundo grau, a ele cabe os recursos das decisões dos juízes federais, exceto nas causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e municípios ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil, porque o recurso é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (NEQUETE, 2000).

Segundo Faria (1997), as crises de eficiência e de identidade que o Poder Judiciário enfrenta, dizem respeito a crescente inefetividade desse poder, bem como o hiato entre a

concepção de justiça do cidadão e a complexidade dos ritos processuais que ele, o cidadão tem dificuldade de entender.

Por outro lado, temos assistido a um fenômeno complexo que Faria (2001) chama de “tribunalização” ou “judicialização” da política, explicado por ele da seguinte maneira:

“Seja em virtude do conflito de competências entre os três poderes, seja porque o Judiciário atua num patamar de complexidade técnico-jurídica maior de que a do Legislativo e do Executivo, seja pela resistência de determinados setores da sociedade à revogação dos direitos fundamentais e sociais pelos processos de desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização, o fato é que, quanto mais cambiante é esse cenário, mais o Poder Judiciário acaba sendo levado ao centro das discussões políticas, mais tem de assumir papéis inéditos de gestor de conflitos e mais dificuldades tem para decidir... (FARIA: 2001)

3.1. O FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO

Não há concorrência no serviço público prestado pelo Poder Judiciário, portanto funciona de maneira independente às leis de mercado.

Conforme afirma Rigamonte (1998), os servidores do Poder Judiciário, recebem várias críticas e reclamação do público que direta ou indiretamente depende de seus serviços, mas estas não chegam a abalar a organização burocrática governamental sobre a qual se estrutura.

A Justiça no Brasil é a própria “burocracia” no senso comum do termo, na medida em que remete à papelada, à dificuldade de acesso, à necessidade de atender a várias formalidades, na sua grande maioria, incompreensíveis à população.

O servidor público do Poder Judiciário traz a especificidade de lidar diretamente com a lei, de trabalhar no “Fórum”, que é um lugar institucionalizado de gerenciamento de conflitos. As pressões que recaem sobre o trabalhador vão ser diferenciadas pela especificidade do contexto.

3.2. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Neste estudo adotou-se o conceito de agente público (DALLARI, 1989 e MEIRELLES, 1998) como todo aquele que exerce uma função de natureza pública, mediante investidura legal. Os agentes públicos podem ser classificados como: agentes políticos, os particulares em colaboração com o poder público e os servidores públicos.

Os agentes políticos, são os que exercem mandatos eletivos tais como: vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, o presidente da república, secretários de estado e ministros;

Os particulares que colaboram com o serviço público, sem fazer parte das estruturas do governo, exercem funções de natureza pública, como empreiteiras ou empresas concessionárias;

Os servidores públicos são os que trabalham para a administração pública em caráter profissional, estão sujeitos às normas específicas do órgão em que trabalham. Segundo a Constituição da República de 1988, são três as possibilidades de alguma pessoa ser servidora pública: através de concurso público, exercício de cargo em comissão ou contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse *público*.

Para Dallari (1989), apenas deveriam ser chamados de funcionários públicos os que concorreram às vagas através de concurso público.

3.3. O SOFRIMENTO E O PRAZER NO SERVIÇO PÚBLICO

Estudos realizados no Brasil, envolvendo categorias distintas de profissionais do serviço público, mostram diferentes resultados, quanto ao prazer e ao sofrimento no trabalho.

Linhares (1994) e Lunardi Filho (1995), estudaram grupos de profissionais da área de enfermagem em hospitais públicos, relacionam seu sucesso ou seu fracasso com a sobrevida

dos pacientes. As vivências de prazer e sofrimento desses profissionais estão associadas ao binômio vida e morte do paciente.

A partir de análise de conteúdo de entrevistas com nove juízes do estado de Mato Grosso do Sul, Paixão (2000) buscando entender o significado do trabalho e as manifestações de sofrimento e prazer advindas do exercício profissional no Judiciário, utilizando-se de ferramentas de análise de discursos classificou-os em três áreas:

- significado do trabalho e a construção da identidade: o trabalho é fonte de realização pessoal, prestígio e poder vinculando a preservação da imagem e a avaliação social do papel do magistrado.
- sofrimento e prazer: o sofrimento apresenta grande incidência de fatores, os quais têm sua origem no modelo e na estrutura organizacional adotados pelo Estado brasileiro; o prazer, de cunho individual e solitário, aparece de maneira limitada e relacionado com a sensação do dever cumprido e do sentimento de utilidade.
- a estrutura burocrática: a adoção pelo Estado brasileiro de um modelo organizacional pautado no racionalismo formal e na burocracia, determinam tanto a natureza e as condições de trabalho, quanto a gestão da carreira dos magistrados. A falta de agilidade do serviço público e a inadequação crônica da infra-estrutura operacional e dos trâmites processuais caracterizam-se como fundamentais para ocorrência de sofrimento.

Sem entrar na discussão entre trabalho prescrito e trabalho real (OLIVEIRA, 2002), Tavares (2003), adotou a Teoria das Representações Sociais, entendendo que há uma conjugação de saberes de todos os envolvidos no trabalho real, e não apenas os especialistas ou a hierarquia e desta forma com uma amostra de 37 sujeitos, Servidores do poder Judiciário observou:

“que as pessoas operam mudanças constantes dentro de seu campo de ação para driblar uma condição de insatisfação, para conseguir algo almejado, para executar o trabalho da melhor forma dentro de condições muitas vezes inadequadas” (TAVARES, 2003).

É Dejours (2001) quem afirma que é necessário perceber que não há leis naturais contra o sofrimento, mas sim regras de conduta construídas por homens e por mulheres. A tomada de consciência, das estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho merecem estudos específicos, pois pode-se não enxergar algo que a intuição está apontando.

O contexto social de crise de emprego coloca os servidores públicos, segundo Tavares (2003) em um dilema: mesmo estando insatisfeitos com seu trabalho atual, sentem-se confinados no serviço público, pois é cada vez mais difícil buscar outro trabalho.

Dejours (2001), afirma que há possibilidade de uma mobilização da inteligência no trabalho, sob influência de perder o emprego, inventando estratégias de melhoria na produção, bem como constranger seus colegas, de modo a ficar em posição mais vantajosa do que eles no processo de seleção para dispensas. Tal afirmação está contextualizada, como oriunda de suas últimas pesquisas, deduzimos que está referindo trabalhadores que não tenham estabilidade no emprego.

O medo de demissão não é encontrado como uma característica dos servidores públicos, muito pelo contrário, ainda que a reforma administrativa, em franca expansão no Brasil, não garanta legalmente a estabilidade no emprego, na prática ainda está garantida.

3.4. O CONTEXTO: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Este estudo deu-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, criado na Constituição Federal de 1988, juntamente com outros quatro Tribunais Regionais Federais (1ª Região – Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste, com sede em Brasília; 2ª Região – RJ, ES, com sede na cidade do Rio de Janeiro; 3ª Região – SP e MS, com sede na cidade de São Paulo; 5ª Região – englobando estados do Nordeste, com sede na cidade de Recife).

A principal competência atribuída às cinco instituições é julgar os recursos contra decisões judiciais em processos que envolvam a União ou as autarquias, fundações e empresas públicas federais, por exemplo: crimes federais, crimes de fronteira, contrabando,

crimes contra o ambiente, dentre outras competências, que os objetivos deste estudo não necessitariam que fossem explicitadas. Os Tribunais Regionais Federais atuam como a segunda instância da Justiça Federal no Brasil.

O TRF da 4ª Região tem sede em Porto Alegre e jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Foi inaugurado no dia 30 de março de 1989, com sede provisória na rua Washington Luís, em Porto Alegre, passando em 1990 para sua sede própria na rua Mostardeiro, 483, um prédio de escritórios adaptado a tal função.

Com as paulatinas transformações institucionais, justificadas pela crescente busca de justiça, pós constituição de 1988 e adequando-se aos princípios do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Porto Alegre, o Tribunal se instala em sua sede atual. Um prédio, especialmente projetado as suas necessidades, no Centro Administrativo Federal, junto ao Parque Harmonia à Beira do Lago Guaíba.

Entre abril de 1989 e o final de 2003 o TRF recebeu quase um milhão de processos judiciais, mais precisamente 948 020. No mesmo período foram julgados 858 292 processos.

Para tentar acompanhar o aumento da demanda, o número de integrantes do quadro de magistrados do tribunal passou dos 14 julgadores da composição inicial para os atuais 27.

O número de servidores aumentou de 404 no final de 1989 para 967 em fevereiro de 2004.

Em 1989, havia 26 juízes federais em 38 varas na Região Sul. Em 2004, são 268 magistrados, entre titulares e substitutos, trabalhando em 141 varas federais. Assim, aumentou em 930% o número de julgadores na primeira instância tomando decisões que podem gerar recursos, os quais recaem no TRF.

Os processos são julgados em órgãos colegiados. Ou seja: diferentemente da justiça de primeiro grau, onde um juiz sentencia, no TRF, são três, quatro, cinco ou mais magistrados que sentenciam coletivamente.

No TRF, como em todos os Tribunais, os juízes são denominados Desembargadores, o que quer dizer que um Desembargador é um juiz de segundo grau, um juiz que foi promovido.

Um Tribunal só se justifica socialmente, pelos seus julgamentos, portanto o local dentro do Tribunal mais próximo, da missão principal da instituição é o Gabinete de Desembargador, que será o ambiente particular de nossa investigação: local onde ocorrem os principais passos da produção intelectual do voto a ser proferido na Seção de julgamento.

Um Gabinete de Desembargador é constituído por aproximadamente quatorze pessoas, um Desembargador, três estagiários (acadêmicos de Direito) e dez servidores públicos.

Esses servidores são os sujeitos de nossa investigação.

Suas tarefas consistem em classificar os processos por semelhanças e por diferenças, auxiliando o Desembargador na tomada de decisão sobre o voto a ser proferido. O voto é precedido de um relatório, que é elaborado a partir do estudo da matéria em questão, do particular processo. Tal estudo é realizado pelos servidores com a orientação do Desembargador, contemplando pesquisa em livros, revistas, meio eletrônico ou mesmo discussão entre colegas. A síntese da análise do processo, à luz do saber acumulado na área, possibilita a redação do relatório, que subsidiará a tomada de decisão do Desembargador, através do seu voto. Tanto relatório, quanto voto serão textos editados por servidores. O tempo médio do expediente de trabalho, diário gasto em digitação é aproximadamente 10 % os outros 90 % é consumido em operação intelectual do tipo reflexiva, com entrada e saída de dados. No caso os dados são legislação, doutrina e jurisprudência.

A seguir o organograma simplificado do TRF.

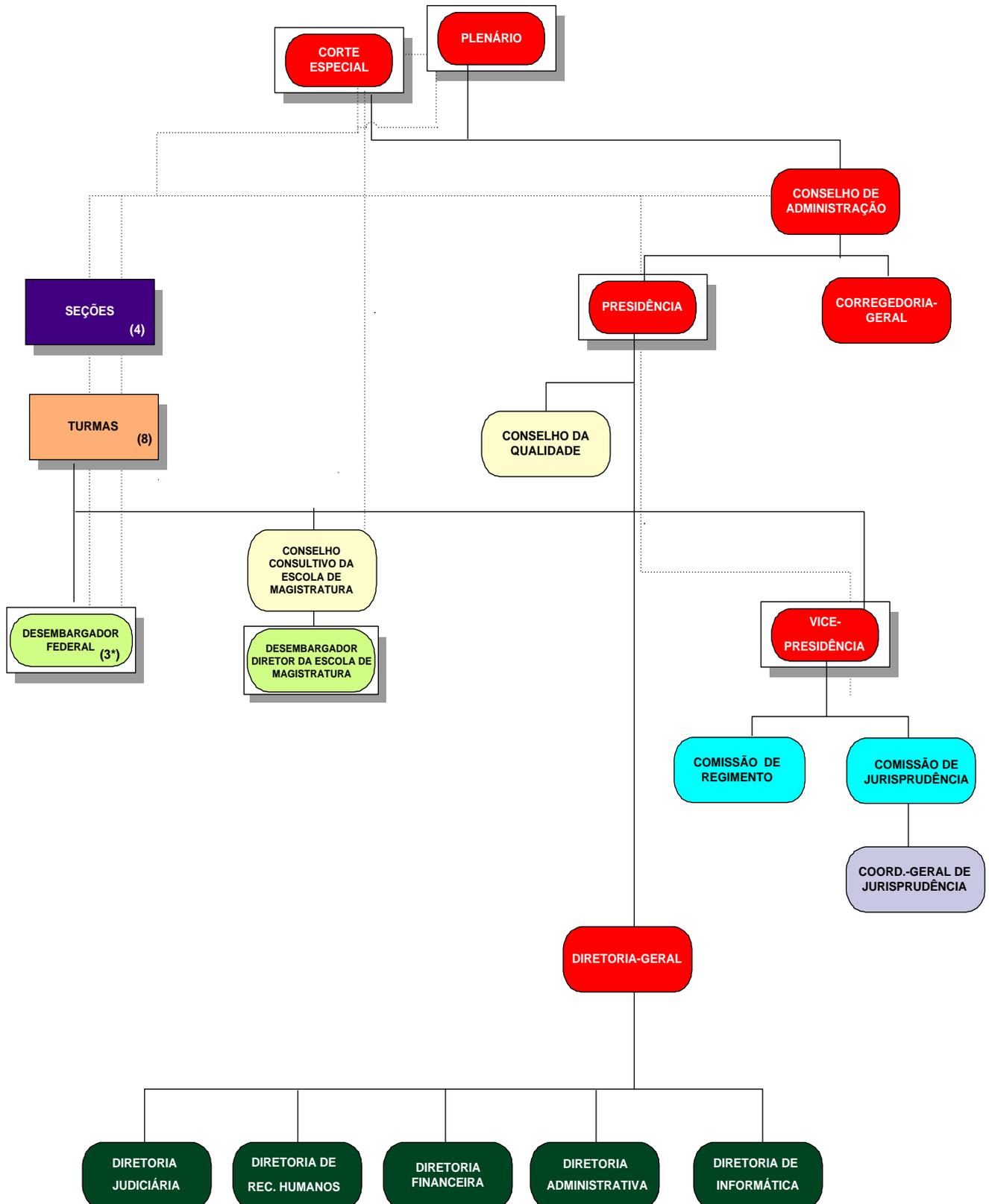


Figura 1 Organograma

3.5. A INVESTIGAÇÃO

3.5.1. OBJETIVO

Identificar e classificar as atividades de lazer de um grupo de funcionários públicos do setor judiciário;

Contribuir para o entendimento da relação prazer e sofrimento no trabalho, associando atividades de lazer com atividades de trabalho;

Verificar se variáveis demográficas, como sexo, idade, renda e formação escolar tem alguma relação com lazer, prazer e sofrimento no trabalho do setor estudado.

3.5.2. METODOLOGIA

Segundo Triviños (2001), antes de iniciar o estudo do fenômeno escolhido, não podemos deixar de frisar que cada um de nós tem uma idéia geral do que é o mundo, temos concepções gerais da realidade. De acordo com essas concepções, descrevemos, interpretamos, explicamos e compreendemos a realidade como o conjunto de fenômenos materiais e idéias que a integram. A essas concepções, a essas maneiras de pensar que temos sobre o mundo, a vida e o ser humano, denominamos, em forma geral, teoria.

Etimologicamente, a palavra teoria tem sua origem na língua grega. Para os gregos, *theorien* era a pessoa que, sentada nos estádios olímpicos, observava as lutas, as carreiras, as práticas dos atletas nas pistas de competição. Posteriormente, o significado mudou. Os escravos eram os que realizavam a prática, faziam as coisas, cabendo à elite outro papel, o da contemplação. A elite, agora pensava, vivia no ócio - para Platão, ócio era a dedicação ao desenvolvimento das idéias, do pensamento. Porém, no mundo grego, também existiu outra palavra, *práxis*, que significava entender a teoria e a prática como uma unidade. Esta concepção de teoria e prática caracterizou a teoria crítica, que teve vozes claramente definidas na obra de Marx e na Escola de Frankfurt.

No mundo moderno e contemporâneo, o pensar foi considerado fundamentalmente tarefa das elites sociais, ainda que, ao partir de fins da Primeira Guerra Mundial, tenha sido aberta uma ampla perspectiva a outros setores da sociedade, como aos representados dos sindicatos de trabalhadores e na pequena burguesia (professores, médicos, engenheiros, etc.).

Em geral, pode-se chamar de teoria a todo tipo de conhecimento sistematizado. Esta maneira ampla, difusa, indeterminada, de teoria opõe-se à prática. Teoria seria, assim, a idéia que temos de algo real (seja material ou ideal) sem que a tenhamos testado com a prática. Por isso, na linguagem comum, com frequência, podemos escutar frases como esta: “Isso é pura teoria. A prática é outra coisa”.

Na linguagem acadêmica, entendemos por teoria, entretanto, algo que é relativamente diferente do conceito que se tem de teoria no mundo cotidiano comum. Entende-se por teoria, na vida intelectual profissional, um conjunto de conceitos que serve para descrever, interpretar, explicar e compreender os fenômenos da realidade.

Para a dialética materialista, as categorias e leis são objetivas, isto é são resultado do desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social. Por isso, as categorias são históricas, isto é, não são eternas. Muda o conteúdo das categorias, de acordo com o devir da humanidade, poderão surgir outras categorias.

Dentro desse processo de criação de categorias de análise do campo a ser estudado iniciamos nossa investigação com a explicitação da mesma, seus pressupostos, objetivos e finalidade dos resultados à população envolvida no estudo.

Através de um processo de diálogo, como uma das fases iniciais, houve uma sondagem preliminar, a qual serviu de subsídio para o prosseguimento da investigação, através da coleta de dados, descrita a seguir.

3.5.2.1. Composição do grupo de estudo

No contexto da Instituição optou-se por restringir o estudo àqueles setores envolvidos diretamente com as finalidades da mesma.

Durante a sondagem preliminar, observou-se que a Instituição pode ser categorizada em três grandes setores de trabalho: os que não interferem em processos judiciais, os que interferem nos processos judiciais, mas não na tomada de decisão e os que interferem nos processos judiciais, inclusive na tomada de decisão judicial. São estes últimos os trabalhadores sujeitos desta investigação, ou seja: os gabinetes de desembargadores federais.

3.5.2.2. Etapa Exploratória

Nesta etapa nosso trabalho tinha como objetivo colher dados que serviriam de subsídios para questionário posterior a ser aplicado em toda a população objeto de estudo. Obtivemos a descrição pelos entrevistados de suas principais atividades no trabalho e de qual seria seu entendimento de lazer, a ocupação do tempo no trabalho e a ocupação do tempo fora do trabalho.

Apresentou-se um questionário (ANEXO A) a 15 homens e 15 mulheres, com funções de trabalho distintas, grande diferença salarial, diferentes idades e diferentes níveis de escolaridade. Os resultados encontrados serviram de subsídios para a coleta de dados, propriamente dita, a seguir.

3.5.2.3. Coleta de Dados

Foram convidados a participar do estudo, todos os servidores presentes em todos os gabinetes de desembargadores, no dia da aplicação do questionário. Não houve declinação do convite.

Foram aplicados 216 questionários (ANEXO B), individualmente, durante quatro meses, todos no mesmo dia da semana, sempre entre às 14 h e às 18 h.

O questionário foi composto com perguntas do tipo abertas e do tipo fechadas.

Não havia limite de tempo para as respostas, ou seja: cada sujeito respondeu no seu tempo.

Todos os questionários foram respondidos na presença de um único pesquisador, que esteve sempre a disposição para esclarecimentos e explicações, quando necessários.

3.5.2.4. A Análise dos Dados

Verificou-se que a palavra lazer dos entrevistados na etapa exploratória estava associada a palavra prazer.

A palavra família apareceu em 80% das descrições de lazer das mulheres, enquanto que na descrição de lazer dos homens, a palavra família apareceu em 20% das respostas.

A pergunta que remetia a diferenciar as concepções de atividades fora do local de trabalho das atividades fora do horário de trabalho, para o grupo que respondeu na etapa exploratória, não houve diferenciação.

A tomada de decisão de incluir neste estudo o prazer como âncora de representação do trabalho decorre das respostas encontradas na etapa exploratória. Assim como excluir do questionário Anexo 2 questões que remetessem a espaço, tanto de lazer, quanto de trabalho.

O tratamento dos dados foi feito com ferramentas de análise multivariada.

A análise multivariada é utilizada não apenas na identificação e na implementação de um modelo, mas principalmente na compreensão de como seus dados estão se relacionando e que fenômenos podem estar ocorrendo. Técnicas gráficas de representação, baseadas em modelos lógico-matemáticos, servem de suporte de análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciaremos apresentando os resultados na mesma ordem que as perguntas apareceram no questionário (Anexo B). À medida que precisarmos cruzar um dado com outro, romperemos a ordenação.

4.1. CLASSIFICAÇÃO DO LAZER, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES DOS ENTREVISTADOS

A primeira pergunta remete as categorias do Lazer. Existem na literatura de operadores técnicos do lazer, vários entendimentos sobre como classificar, as atividades das pessoas, em momentos de lazer. A maior parte dessas classificações, não contempla os últimos avanços tecnológicos. Destacamos pesquisa, de caráter empírico, realizada por Dumazedier (1973 e 2001) apresentando classificações mais consolidadas, apresentadas abaixo de forma sintética por Marcellino.

Segundo Marcellino (1983), Dumazedier distingue cinco categorias quanto ao conteúdo das atividades de lazer: os interesses físicos, os práticos ou manuais, os artísticos, os intelectuais e os sociais. Posiciona-se favoravelmente a tal classificação por garantir todas as necessidades do corpo.

Discordamos da possibilidade de jogar vôlei, produzir um pote de cerâmica, ou mesmo executar a plantação de um jardim, sem utilizar-se da intelectualidade. Assim como conversar que pode ser uma atividade essencialmente social, mas praticamente impossível de realizar-se sem o uso do intelecto.

Propomos uma classificação das atividades em quatro categorias: atividades físicas, atividades de expectador, atividades sociais e atividades de produção. Sintetizamos tal

classificação, considerando o limite de nosso campo de investigação e respeitando as respostas de nossos questionários. Observamos que as manifestações contemplavam situações de sujeitos parados assistindo algo, ou em movimento, sozinhos, gastando energia, ou em movimento, gastando energia, com outras pessoas, ou alterando a natureza, produzindo algo.

Atividades de produção: são as interferências na natureza ou nas matérias primas, como por exemplo: pintar quadros, pintar peças de gesso, jardinagem, cuidar do carro ou fazer tricô. Sem separar atividades manuais de atividades intelectuais, pois a atividade intelectual é reflexão sobre ação e neste caso não se separam.

Atividades de expectador: onde a pessoa coloca-se no lugar de assistente, por exemplo: ver televisão, ler, ouvir música, ir ao teatro ou assistir a espetáculos de forma geral. O sujeito não está no lugar de quem produz, mas de quem basicamente consome.

Atividades físicas: quando envolver movimento individual, o objetivo é olhar para dentro de si mesmo e gastar energia, por exemplo: caminhar, correr, nadar ou alongar.

Atividades Sociais: quando envolver movimento coletivo, uma pessoa podendo interferir na outra, uma intencionalidade de encontrar. Por exemplo: sair para dançar, sair para conversar com amigos, participar em roda de chimarrão, ir a uma festa comemorativa, passear no parque. Consideramos que os esportes coletivos são mais que atividades físicas, pois implicam relações com outros sujeitos.

Na tabela 01 apresentamos o número de sujeitos pertencentes a cada uma das classes.

Tabela 1 – Atividades nos momentos de lazer

Atividades	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Física	149	69,0	67	31,0	216	100
De Expectador	172	79,6	44	20,4	216	100
Social	145	67,1	71	32,9	216	100
Produção	61	28,2	155	71,8	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Nossa análise começa ao cruzarmos nossa classificação, por variáveis demográficas.

A distribuição da população pelas faixas etárias, comporta-se conforme figura 2.

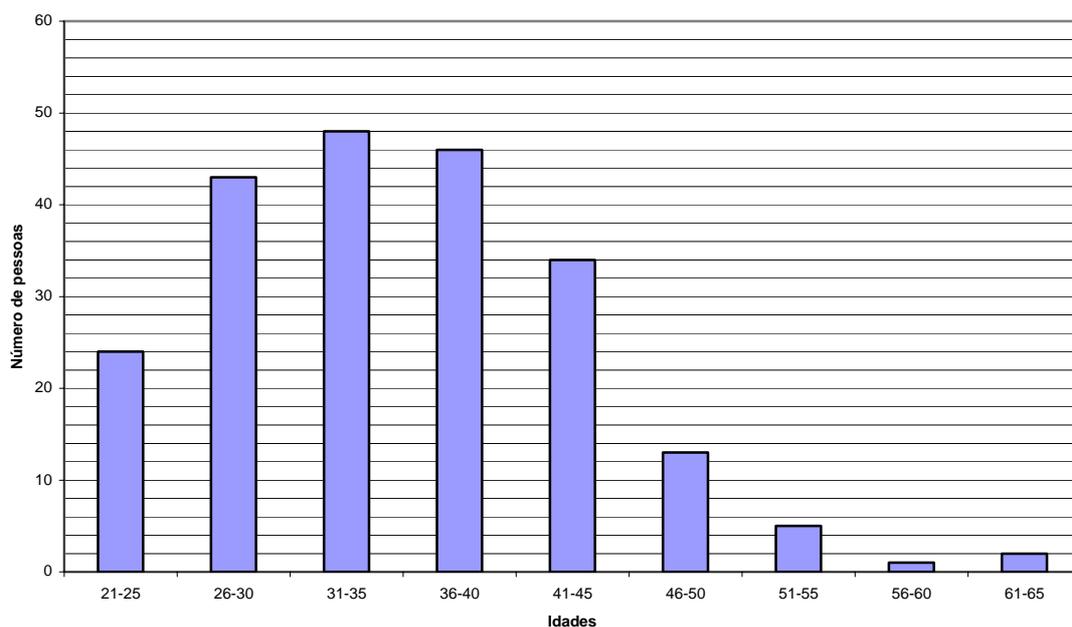


Figura 2 - Número de pessoas por faixa etária

O gráfico evidencia o dado de que 64% da população pesquisada, situa-se entre as idades de 26 anos e 40 anos.

Ao cruzarmos nossa classificação pelas faixas etárias, obtivemos os resultados, descritos na tabela 02. Salientamos que um mesmo sujeito pode estar classificado em mais de uma categoria, portanto os totais não devem coincidir com o tamanho da população, que é 216.

Tabela 02 - Faixa etária e atividades de lazer

Idade	Atividades de lazer								Total	
	Física		Expectador		Social		Produção			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 21 a 25 anos	21	32,3	23	35,4	16	24,6	5	7,7	65	100
De 26 a 30 anos	36	33,0	32	29,4	29	26,6	12	11,0	109	100
De 31 a 40 anos	57	25,7	76	34,2	63	28,4	26	11,7	222	100
De 41 a 50 anos	29	25,9	36	32,1	33	29,5	14	12,5	112	100
De 51 a 62 anos	6	33,3	5	27,8	4	22,2	3	16,7	18	100
Total	149	28,3	172	32,7	145	27,6	60	11,4	526	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Observamos que nossa população é mais expectadora que produtora no lazer e está tão envolvida em atividades sociais como em atividades físicas.

Ao cruzarmos nossa classificação pelas faixas de renda, obtivemos os resultados, descritos na tabela 03.

Tabela 03 - Renda e atividades de lazer

Renda	Atividades de lazer								Total	
	Física		Expectador		Social		Produção			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Abaixo de R\$2.500,00	24	32,9	25	34,2	15	20,5	9	12,3	73	100
Entre R\$2.500,00 e R\$5.000,00	73	28,6	83	32,5	72	28,2	27	10,6	255	100
Entre R\$5.000,00 e R\$7.500,00	33	28,7	38	33,0	33	28,7	11	9,6	115	100
Entre R\$7.500,00 e R\$10.000,00	13	24,1	15	27,8	17	31,5	9	16,7	54	100
Entre R\$10.000,00 e R\$17.000,00	6	20,7	11	37,9	8	27,6	4	13,8	29	100
Total	149	28,3	172	32,7	145	27,6	60	11,4	526	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

A figura 3 abaixo, representa as categorias de renda da população estudada.

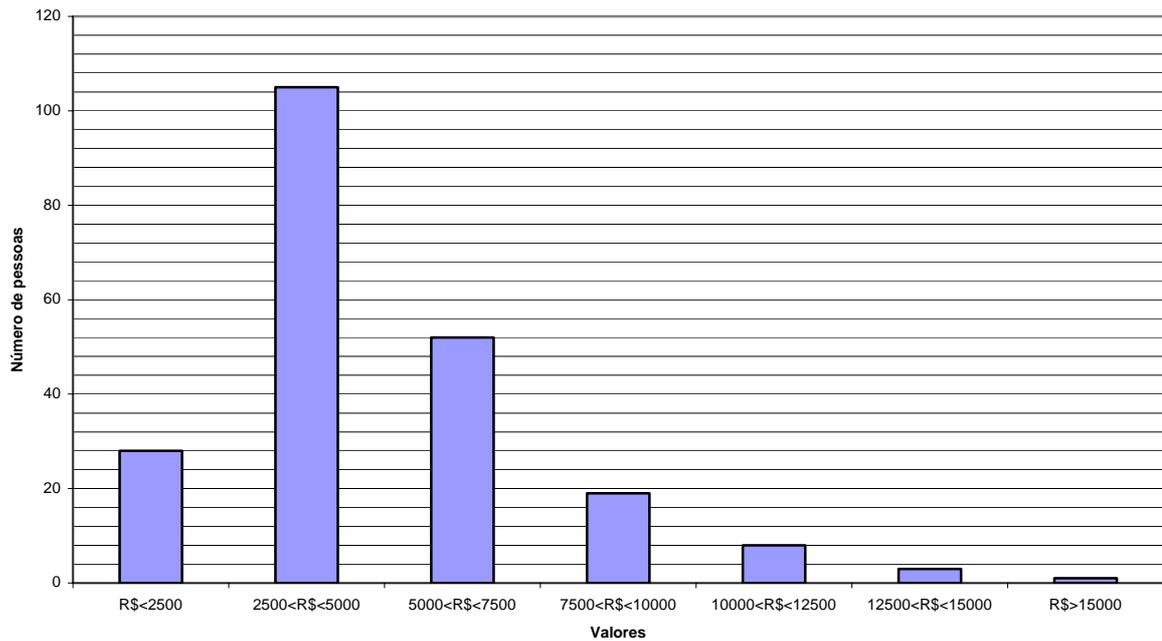


Figura 3 - Número de pessoas por faixa salarial

Em termos de realidade nacional brasileira, nossa população tem condição individual de renda, acima da grande maioria da classe trabalhadora.

Ao perguntarmos quanto tempo destinavam ao lazer obtivemos os resultados da tabela 04, onde se observa que duas respostas correspondem a 34 pessoas, que são da ordem da qualidade do tempo, o que fez com que separássemos do item “menos de duas horas”. 82,8 % dos entrevistados declaram aproximadamente duas horas diárias de lazer.

Tabela 04 – Tempo ocupado pelo lazer

<i>Quantidade de tempo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Menos de duas horas por dia	45	20,8
Duas horas por dia	26	12,0
Mais de duas horas por dia	108	50,0
Quase nenhum	24	11,1
Nenhum tempo	10	4,6
Não respondeu	3	1,4

Ao cruzar a classificação proposta pelo grau de instrução, obtêm-se os resultados, descritos na tabela 05. Considerando os dados da tabela 06.

Tabela 05 – Grau de instrução e atividades de lazer

Grau de instrução	Atividades de lazer								Total	
	Física		Expectador		Social		Produção			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Superior completo ou pós-graduação	131	28,1	156	33,4	127	27,2	53	11,3	467	100
Superior incompleto ou em andamento	15	32,6	13	28,3	14	30,4	4	8,7	46	100
Ensino Médio completo	3	23,1	3	23,1	4	30,8	3	23,1	13	100
Total	149	28,3	172	32,7	145	27,6	60	11,4	526	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Tabela 06 – Grau de Instrução

Grau de instrução	Freq	%
Superior completo ou pós-graduação	190	88,0
Superior incompleto ou em andamento	19	8,8
Médio completo	7	3,2
Total	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003

Busca-se, através de softwares especializados significado estatístico para os cruzamentos entre: idade, renda, sexo, escolaridade e as atividades no lazer dessa população, afim de generalizações e não se encontra.

Há muita conjectura sobre atividades masculinas ou atividades femininas de lazer, bem como renda, faixa etária ou grau de instrução. Tanto em Parker (1978), quanto em Dumazedier (2001), que são considerados os maiores clássicos no estudo do Lazer, no século XX, a referência de diferenciação entre o lazer feminino e o masculino, não consideram os avanços na conquista do mercado de trabalho por parte das mulheres, nem mesmo contemplam a dupla jornada das mulheres.

Como ilustração apresenta-se a seguir, as tabelas 07 e 08, onde os dados não mostram algo que dê consistência estatística e possamos afirmar que encontramos neste estudo alguma diferença.

Tabela 07 - Sexo e atividades sociais no lazer

<i>Sexo</i>	Atividades sociais				Total	
	<i>Não</i>		<i>Sim</i>		<i>Freq</i>	<i>%</i>
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>		
Masculino	43	41,3	61	58,7	104	100
Feminino	28	25,0	84	75,0	112	100
Total	71	32,9	145	67,1	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Tabela 08 - Grau de instrução e atividade de expectador no lazer

Grau	Atividade de expectador				Total	
	<i>Não</i>		<i>Sim</i>		<i>Freq</i>	<i>%</i>
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>		
Superior completo ou pós graduação	34	17,9	156	82,1	190	100
Superior incompleto ou em andamento	6	31,6	13	68,4	19	100
Ensino Médio completo	4	57,1	3	42,9	7	100
Total	44	20,4	172	79,6	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Ao serem perguntados quanto tempo destinavam ao lazer, obtêm-se os resultados da tabela 09. Onde se observa, que duas respostas correspondem a 34 pessoas, que são da ordem da qualidade do tempo, o que fez com que fosse separada do item “menos de duas horas”. 82,8 % dos entrevistados declaram aproximadamente duas horas diárias de lazer.

Tabela 09 – Tempo ocupado pelo lazer

<i>Quantidade de tempo</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Menos de duas horas por dia	45	20,8
Duas horas por dia	26	12,0
Mais de duas horas por dia	108	50,0
Quase nenhum	24	11,1
Nenhum tempo	10	4,6
Não respondeu	3	1,4
Total	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Existe divergências com relação aos conceitos de tempo de não trabalho e tempo de lazer, para entender a concepção da população, pergunta-se, diretamente, se seu tempo de trabalho era igual ao tempo de lazer. Resultados na tabela 10.

Tabela 10 – Tempo de não trabalho é igual ao tempo de lazer

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	24	11,1
Não	189	87,5
Não respondeu	3	1,4
Total	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003

Verifica-se que, aproximadamente 90% da população entende lazer como algo diferente de tempo de não trabalho. O que vai de encontro com os princípios do chamado “ócio criativo” (DE MASI, 2000 e DE MASI, 2003), onde o tempo de não trabalho acaba se confundindo com o tempo de trabalho, desconsiderando a idéia do lazer como atividade intencional de fazer algo que não seja trabalho.

4.2. DOR NO TRABALHO

Quando se pergunta se existia, normalmente dor em alguma parte do corpo durante sua jornada de trabalho, obtêm-se os resultados da tabela 11.

TABELA 11 – Dor durante a jornada de trabalho

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	160	74,0
Não	56	26,0
<i>Total</i>	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Como o corpo foi dividido em quatro partes: cabeça, tronco, membros superiores e membros inferiores, apresenta-se a tabela 12, que localiza, por parte do corpo, as regiões que correspondem aos 160 sujeitos da tabela 11. Salienta-se que um mesmo sujeito pode referir dor em mais de um segmento corporal.

TABELA 12 – Sensação de dor ou desconforto em alguma parte do corpo durante a jornada de trabalho

Partes do Corpo	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Cabeça	73	33,8	143	66,2	216	100,0
Tronco	99	45,8	117	54,2	216	100,0
Membros Superiores	60	27,8	156	72,2	216	100,0
Membros Inferiores	20	9,3	196	90,7	216	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Ao observar a figura 4, percebe-se a predominância das dores no tronco. Salienta-se, que o modelo de gráfico separou os casos de sujeitos que referiram mais do que um segmento corporal ao mesmo tempo como tendo dor ou desconforto.

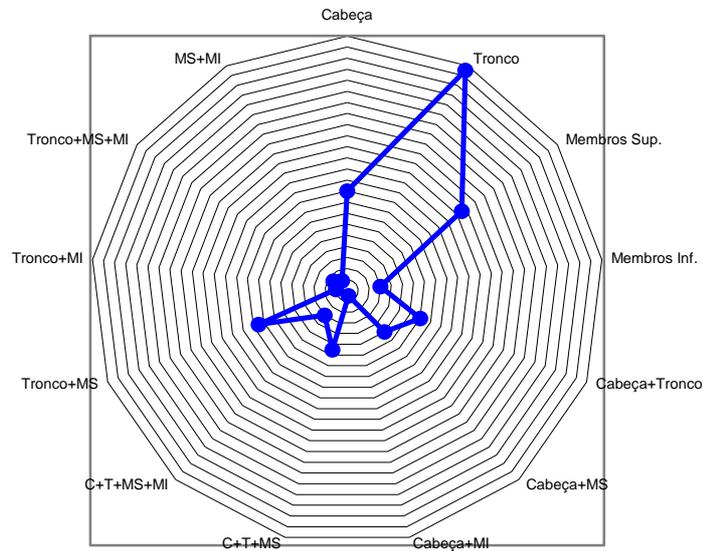


Figura 4 - Sensação de desconforto ou dor, em alguma parte do seu corpo, durante a jornada de trabalho

Observa-se no gráfico a predominância da dor ou desconforto no tronco.

Considerando que o trabalho dos entrevistados é executado basicamente na posição sentado, este dado nos indica uma intervenção ergonômica própria, com relação ao posto de trabalho dos sujeitos que estão apresentando tais resultados.

4.3. DOR NO LAZER

Utilizando o mesmo modelo de gráfico acima, registra-se os resultados da questão que perguntava sobre sensação de desconforto ou dor durante os momentos de lazer; figura 5 e tabela 13.

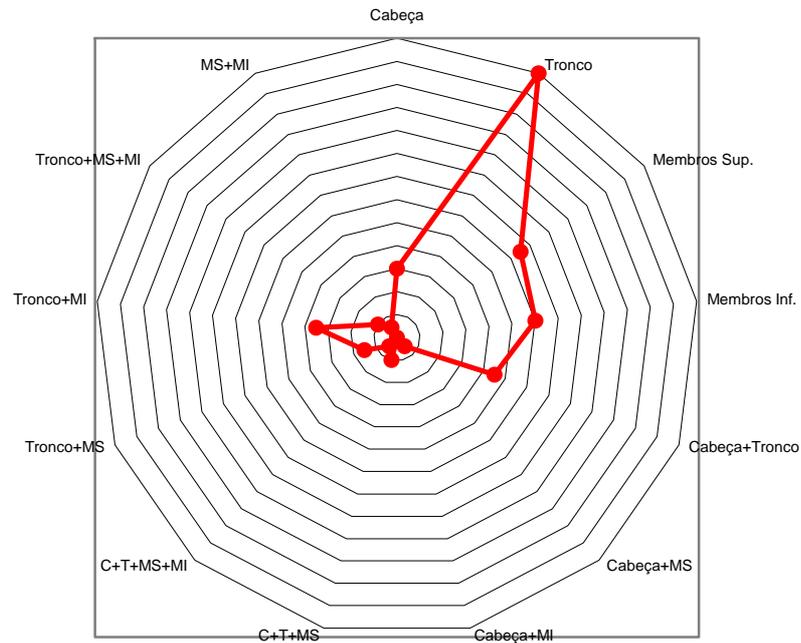


Figura 5 - Sensação de desconforto ou dor, em alguma parte do seu corpo, durante os momentos de lazer

Ocorre que, qualitativamente, ambos os gráficos figura 4 e figura 5, denunciam dores ou desconforto no tronco, nas duas situações, tanto no trabalho, quanto no lazer.

Na tabela 13 os sujeitos que referem dores no tronco, durante os momentos de lazer, são aproximadamente 50 % dos da tabela 12.

TABELA 13 – Sensação de dor ou desconforto em alguma parte do corpo durante os momentos de lazer

Partes do Corpo	Sim		Não		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Cabeça	19	8,8	197	91,2	216	100,0
Tronco	50	23,1	166	76,9	216	100,0
Membros Superiores	23	10,6	193	89,4	216	100,0
Membros Inferiores	23	10,6	193	89,4	216	100,0

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003.

Redesenha-se na mesma escala, ambos os gráficos (figura 4 e figura 5) na mesma escala. A diferença de um gráfico polar para o outro é que foram desenhados em escalas diferentes, portanto numericamente incomparáveis. Apenas servindo para ilustrar graficamente a região corporal a ser investigada com maior profundidade.

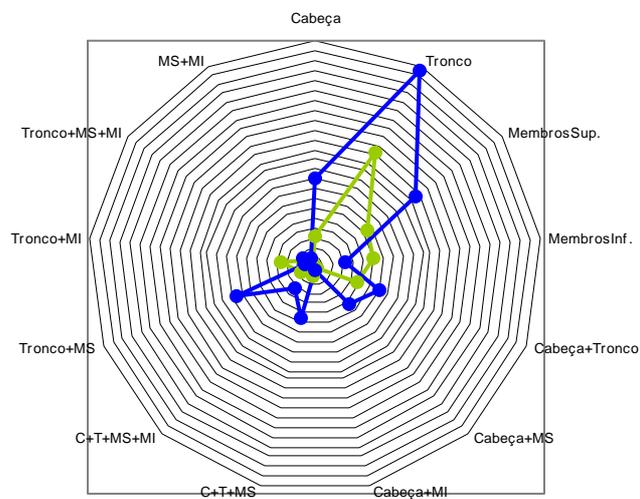


Figura 6 - Comparação entre dores no corpo durante o trabalho e durante o lazer
azul = trabalho e verde = lazer

4.4. DOR OU DESCONFORTO NO TRABALHO X DOR OU DESCONFORTO NO LAZER

Comparando os resultados de todos os sujeitos que referiram dor ou desconforto, tanto no trabalho, quanto no lazer obtêm-se o gráfico, figura 07. Tal gráfico mostra a curva do desconforto ou dor no lazer com pontos de mínimos e máximos relativos quase sempre abaixo dos pontos da curva do desconforto ou dor no trabalho. Destaca-se o rompimento de tal regra quando a análise de desconforto ou dor é relativa ao segmento corporal membro inferior.

Ao analisar o banco de dados verifica-se que 90 % dos sujeitos, que referiam dores nos membros inferiores eram do sexo masculino e 100% desses mesmos sujeitos escreveram que em seus momentos de lazer jogam futebol ou correm.

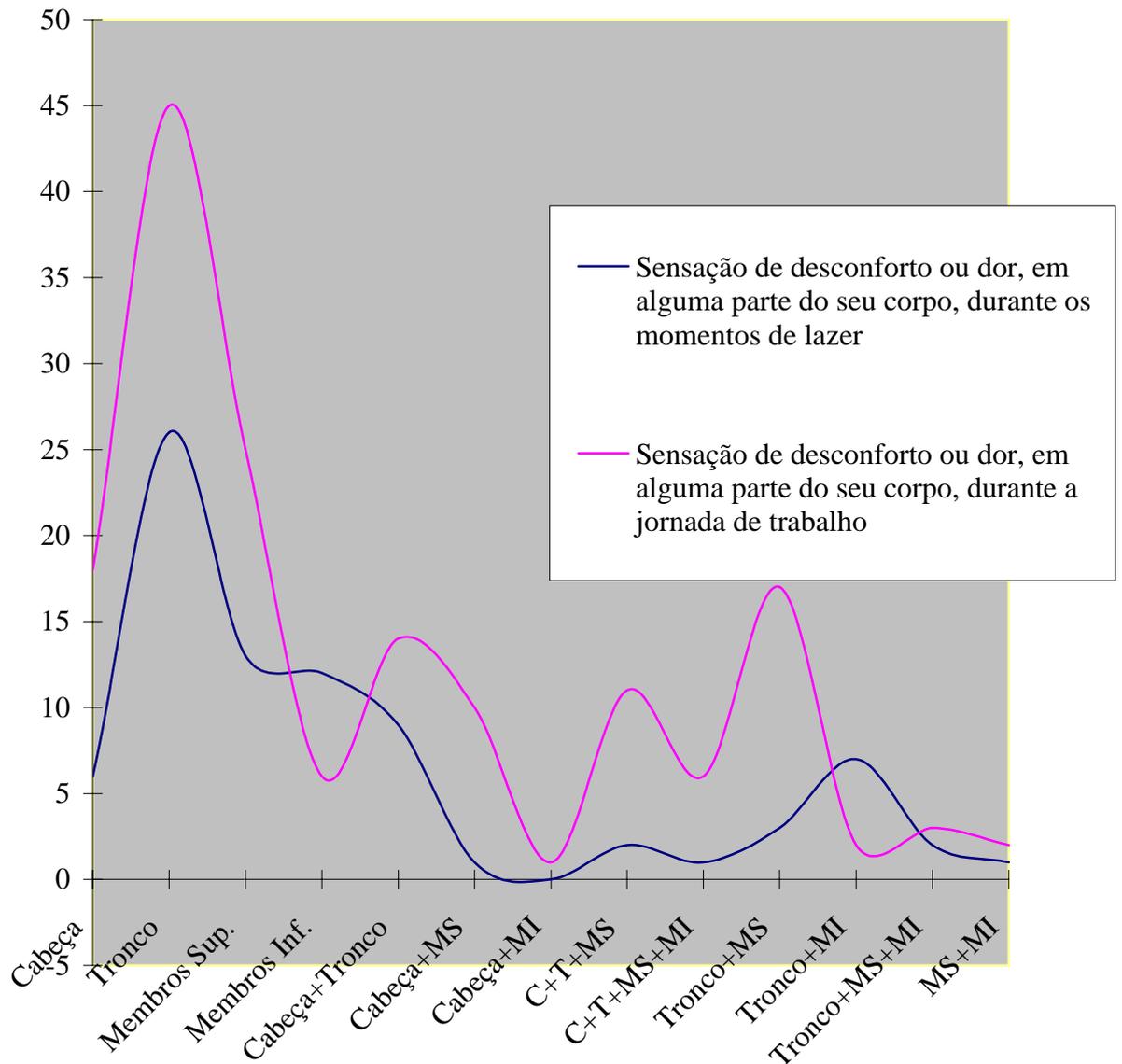


Figura 7 - Comparando sensação de desconforto no trabalho X sensação de desconforto no lazer

Observa-se que a sensação de desconforto ou dor no trabalho e no lazer referida acima é sempre considerando somente os quatro segmentos corporais genéricos (cabeça, tronco, membros superiores e membros inferiores), onde a população pesquisada afirmava sim ou não para a presença de dor ou desconforto “normalmente” durante sua jornada de trabalho ou “normalmente” durante seus momentos de lazer.

4.5. TRABALHO REPRESENTADO POR PRAZER E TRABALHO REPRESENTADO POR SOFRIMENTO OU DOR

A representação do trabalho como prazer ou do trabalho como sofrimento ou dor, foram verificadas junto a população através de duas linhas contínuas de 15 cm, onde o entrevistado deveria marcar na primeira linha, a sua sensação de sofrimento ou dor, sendo, zero (nenhum) e quinze (muito) sofrimento ou dor. Na segunda linha o entrevistado deveria marcar a sua sensação de prazer entre zero e quinze, conforme reprodução abaixo.

Nenhum sofrimento ou dor

Muito sofrimento ou dor

Nenhum prazer

Muito prazer

Ambas as linhas foram apresentadas de forma intercaladas, com a mesma pergunta, ou seja: “seu trabalho lhe representa:”

As respostas foram lidas utilizando-se de uma escala de zero a 150 mm e consideradas seus valores inteiros em milímetros.

O gráfico abaixo mostra os resultados de ambas as linhas, num mesmo sistema de eixos. Considerando azul o sofrimento e vermelho o prazer.

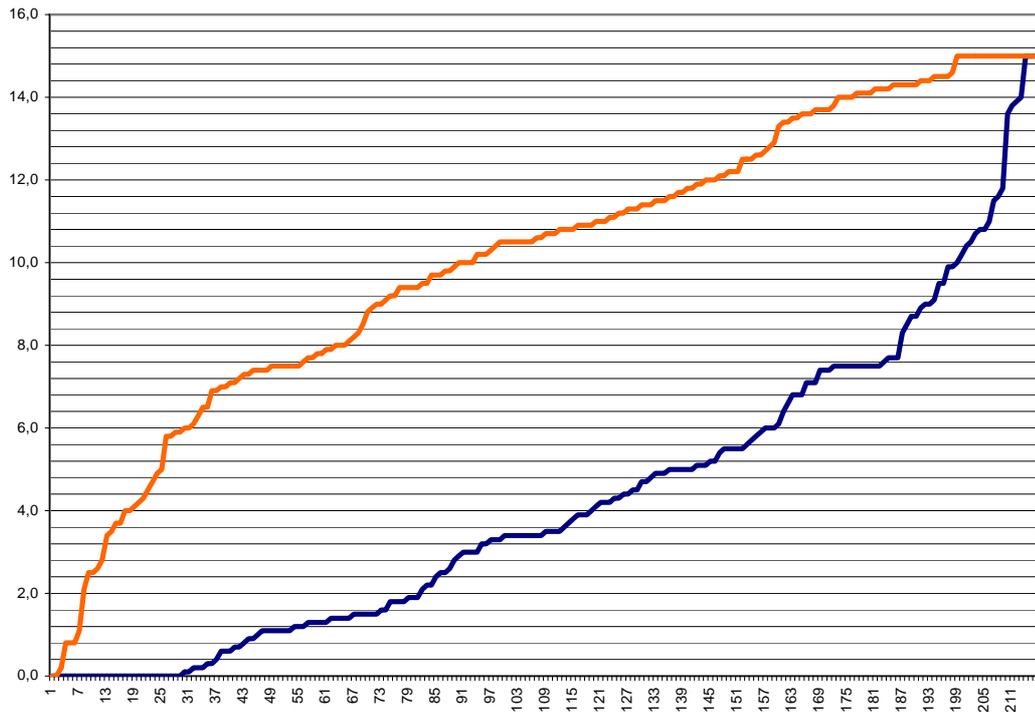


Figura 8 - trabalho como sofrimento X trabalho como prazer

Percebe-se que os 216 sujeitos, que responderam ao questionário, tem índices de prazer no trabalho maiores do que índices de sofrimento, em termos de representação gráfica declarada, no momento deste estudo.

Para a Ergonomia a relação com o conteúdo do trabalho é fundamental e este estudo trabalhou com um particular grupo de trabalhadores, são aqueles que estão mais próximo da definição da Instituição. Desta forma mostramos que a relação de prazer no trabalho declarada, individualmente, tem associação com o próprio conteúdo do trabalho.

4.6. RE-SIGNIFICANDO OS DADOS

A partir do item anterior Trabalho representado por Prazer e Trabalho representado por Sofrimento ou Dor, segmenta-se a população por intensidade de representação de trabalho como prazer ou por intensidade de representação de dor ou sofrimento, encontrando os seguintes resultados:

Na escala do sofrimento ou dor, segmentou-se a população a partir do meio da escala, no caso 7,5 cm, entendendo nesta segmentação, que quem estivesse acima de 7,5 cm, ou abaixo, no momento que respondeu ao questionário, estaria dizendo que o trabalho lhe representa sofrimento ou não sofrimento. Desta forma 182 sujeitos estariam categorizados como não sofrendo no trabalho (84,3%), complementarmente 34 sujeitos (15,7%), estariam em sofrimento. Do ponto de vista estatístico há grandes possibilidades de erro nesta simplificação. Na interpretação deste dado pode-se comparar um sujeito que assinala na escala o ponto 15 cm, com o sujeito que assinala 7,6 cm? Não se pode dizer que ambos tem a mesma representação de prazer no trabalho.

Busca-se então, um refinamento da segmentação na escala do sofrimento ou dor, para separação da população em três partes:

A cada 05 cm da escala, ou seja, de 00 cm a 05 cm - pouco ou nenhum sofrimento, 05 cm a 10 cm - sofrimento médio e de 10 cm a 15 cm muito sofrimento. Os resultados estão na tabela 15.

TABELA 14 – Quanto ao sofrimento, seu trabalho representa
(escala dividida em três partes)

Sensação	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pouco ou nenhum sofrimento	141	65,3
Sufrimento médio	58	26,9
Muito sofrimento	17	7,9
Total	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003

Da mesma forma, segmentou-se a população, quanto a representação do trabalho, tendo como âncoras o prazer, conforme os resultados nas tabelas 15 e 16.

TABELA 15 – Quanto ao prazer, seu trabalho representa (corte 7,5)

Sensação	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não prazer	55	25,5
Prazer	161	74,5
<i>Total</i>	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003

TABELA 16 – Quanto ao prazer, seu trabalho representa (corte 5 cm e 10 cm)

Sensação	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Pouco ou nenhum prazer	25	11,6
Médio prazer	68	31,5
Muito prazer	123	56,9
<i>Total</i>	216	100

Fonte: Pesquisa realizada com funcionários públicos federais durante o mês de agosto de 2003

Outra forma de segmentar a população foi fazendo a média, dentre todos os sujeitos, quanto aos dados de prazer e sofrimento no trabalho, encontramos 4,2/15 de representação de trabalho como sofrimento e 10,1/15 de representação de trabalho como prazer.

A partir dessa média segmentamos a população em: os sujeitos que estavam acima da média, ou abaixo, conforme o caso então poderíamos classificá-los; desta forma encontramos 56,9% dos sujeitos acima da média de representação do trabalho como prazer, enquanto que complementarmente 43,1% abaixo da média.

As tentativas de segmentar a população foram buscas de significado estatístico aos dados das escalas de representação do trabalho como sofrimento ou prazer – tabelas: 14, 15 e 16. Todas em vão, pois nada foi encontrado. Entende-se como importante registrar tais alternativas, por considerar a discussão matemática da questão, como significativa.

Ao serem analisados os dados tabelados, no aspecto do prazer que o trabalho representa, segmentou-se a população em três partes: alto prazer, baixo prazer e médio prazer, conforme descrição abaixo.

A análise consistiu em retirar do grupo os sujeitos com posições extremas na escala, tanto os que declararam que seu trabalho lhe representa prazer absoluto, quanto os que seu trabalho lhe representa nenhum prazer.

Foram considerados junto aos extremos os próximos, ou seja os sujeitos que não assinalaram na escala junto ao ponto 0 cm ou ao ponto 15 cm, mas 1 cm, 14 cm, 2 cm, 13 cm, assim sucessivamente até segmentarmos o grupo de forma obter significado estatístico aos dados.

A população em análise reduziu-se a 108 sujeitos.

A parcela da população dita: Prazer médio, deu significado estatístico ao trabalho.

Foram utilizados princípios de estatística multivariada.

A figura 9 serviu de suporte para agrupar itens ou variáveis, conforme o caso, considerando intuitivamente, que as inferências basearam-se no conceito de distância euclidiana obtida a partir do conjunto de dados pertencentes as respostas dadas nos questionários dos 108 sujeitos referidos acima.

Tal modelo consiste em aproximar ou afastar os dados uns dos outros, de acordo com seu grau de significado.

Neste segmento da população o conjunto de sujeitos do sexo feminino é superior em 10 % do conjunto do sexo masculino, enquanto na população original o percentual era da ordem de 5 %.

Quanto ao nível de escolaridade, todos os sujeitos deste segmento têm curso superior completo ou em vias de completá-lo.

Tanto a renda, quanto idade obedecem mesmo nível de distribuição da população como um todo.

Quanto às distâncias que estas quatro variáveis se encontram uma das outras, bem como o tipo de planificação, observa-se que estão praticamente na mesma área que as atividades de expectador e atividade natureza. Da mesma forma, pode-se dizer, que não estão no mesmo patamar das atividades sociais, atividades físicas e representação do trabalho como prazer.

Derived Stimulus Configuration

Euclidean distance model

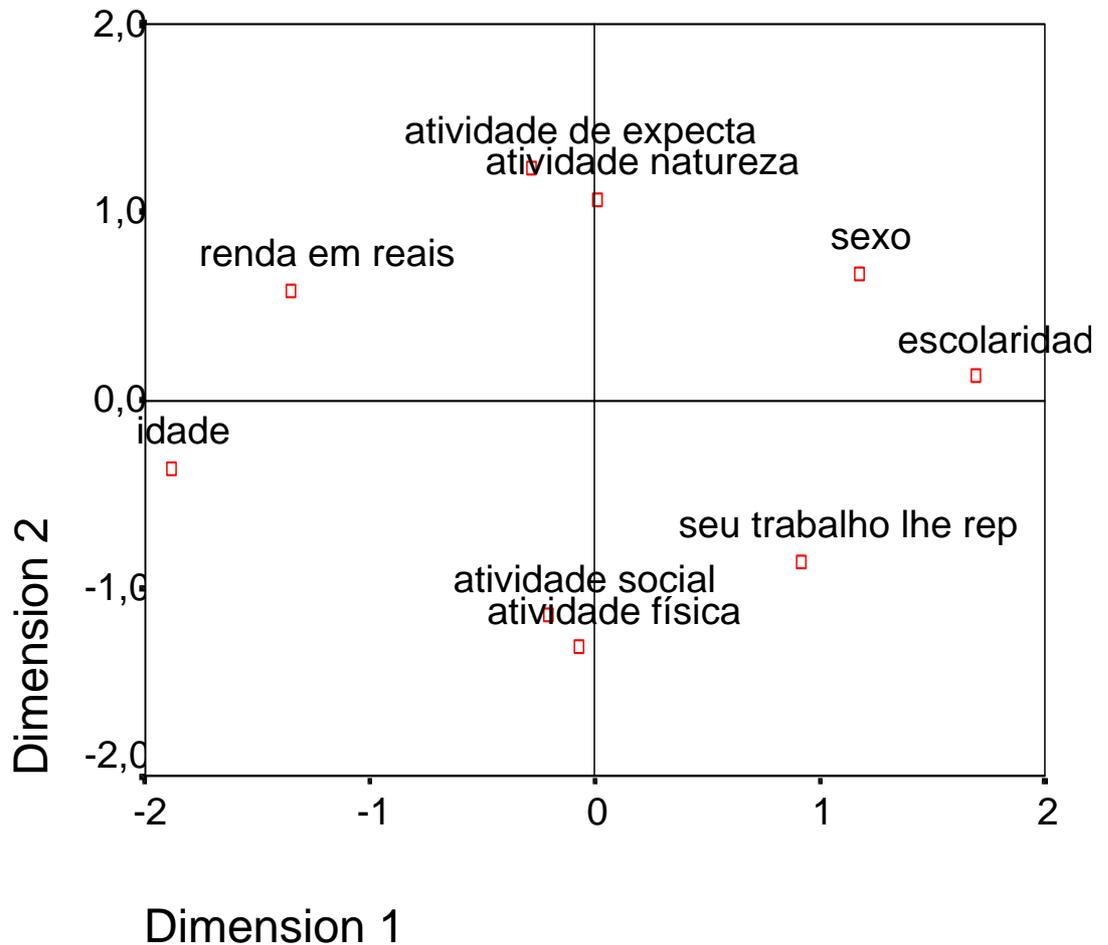


Figura 9 - Modelo das Distâncias Euclidianas, baseado na percepção de 108 trabalhadores que definem seu trabalho como prazeroso

Na classificação das atividades de lazer proposta, as atividades físicas e as atividades sociais da população estudada são muito tênues. Justifica-se, desta forma, algo que num primeiro momento suscita dúvidas, como: jogar vôlei, por exemplo, seria somente uma atividade física? Não, vôlei é um esporte coletivo, portanto pode ser classificado como atividade física e também como atividade social. Um outro exemplo seria “sair para dançar”.

A dança pode significar, para um especialista em dança, uma atividade física individual, mas sair para dançar pressupõe encontrar outras pessoas.

Neste modelo de interpretação dos dados, observa-se a proximidade entre o dado de representação do trabalho como prazer, as atividades sociais e as atividades físicas no lazer. Pode-se inferir que a representação do trabalho como prazer está mais próximo dessas atividades referidas, do que das atividades de expectador e atividades da natureza.

As atividades de expectador, assistir algo que alguém produziu, ou produzirá, no lazer, confunde com parte da definição do conteúdo de trabalho, da população estudada, que não deixa de ser também de expectador.

A opção pela escrita de expectador e não espectador, justifica-se da seguinte forma: espectador é quem só assiste, expectador é quem espera ou quem aguarda. Neste sentido, a classificação das atividades de lazer contemplaria as atividades de maior passividade e menor movimento dos sujeitos em questão.

As atividades de produção, que durante a fase de análise estatística chamou-se de atividade natureza, são as atividades que os sujeitos interferem no meio, alterando-o, interessa dizer que os sujeitos envolvidos, neste trabalho, são tão expectadores, quanto produtores.

Cabe, neste contexto, repetir que o principal objeto do trabalho dos sujeitos dessa população é a confecção de minuta de voto, ou seja trabalham, na expectativa de consolidarem sua produção, mas sabem que não há garantia total de aproveitamento daquilo que produziram.

Desta forma mostra-se que há nexos, entre as categorias de ocupação do tempo, tanto no trabalho, quanto no lazer, quando se estuda o conteúdo do trabalho e se estuda o conteúdo do lazer, encontra-se similaridade com o que Parker (1978) chama de extensão.

O sofrimento no trabalho, apontado como dor referida no tronco, demonstrou que há indícios de melhorias a serem propostas, ou melhor investigadas.

A maioria dessa população tem duas, ou próximo a duas horas, de lazer por dia. São oito horas no espaço de trabalho. Existe uma segunda jornada, portanto cabe investigar a dor no tronco, durante a jornada de trabalho.

O conceito de lazer adotado neste estudo é delimitado pelo conceito apresentado pelos sujeitos que forneceram os dados. Portanto trabalhou-se com as premissas de que lazer está associado a prazer e lazer não é a mesma coisa que não-trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE CONTINUIDADE

5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se num primeiro momento, entender no que é que as pessoas ocupavam seu tempo, quando não estavam trabalhando e se teria relação ou não com o seu trabalho.

Em que medida um poderia interferir no outro?

Pode-se utilizar questões de fora do trabalho, para melhorar o que precisa ser melhorado dentro do trabalho?

Ocupou-se tempo da investigação, conversando com pessoas que têm como objeto de trabalho a ocupação do tempo de não trabalho.

Encontrou-se em seminários e na literatura os teóricos do Lazer, que são os profissionais habilitados a falarem sobre o tema.

A ocupação do tempo, que não é tempo de trabalho passa por diversas categorias conceituais, desde ócio, lazer até tempo livre.

Tais categorias, passam por problemas lingüísticos, geográficos ou históricos.

Estudar a questão do lazer, passa por estudar a ocupação do tempo, que poderá ser ocupado com trabalho ou não.

O fenômeno do lazer é um fenômeno social, portanto historicamente situado em constante transformação. Daí uma manifestação da cultura em movimento.

Não consegue-se dissociá-lo do trabalho. Implicados dialeticamente entre fazer e não fazer, entre conseguir e não conseguir, conquistar e não conquistar, perder e ganhar, sofrer e ter prazer.

As atitudes, o agir como sujeito da História implica, na construção total do indivíduo, independente do local.

Em inglês existem novas expressões, tais como: *time famine* (fome de tempo) e *hurry sickness* (doença da pressa), que bem exemplificam um modelo atual de “tempo total”, muito defendido por De Masi. Pensar o lazer é justamente o contrário, é pensar na interrupção, na descontinuidade, na possibilidade de não fazer qualquer coisa.

Nesse contexto existe uma definição “americana” de ocupação do tempo, (COURTINE, 1995), que mantêm no atual modelo de sociedade, uma preocupação com um corpo produtor que não pode parar, gerando um nível de angústia na busca de um modelo de uma beleza, que se altera na mesma velocidade das áreas de desenvolvimento de produto espalhadas pelo mundo. Tendo como objetivo único a venda de produtos, nesta linha entram: pessoas, animais, plantas e objetos quaisquer, tudo em busca de uma felicidade de poucos, com aumento na miséria de muitos.

A partir dessa intervenção junto ao grupo de pessoas, que serviram de objeto a este estudo, ouviu-se por diversas vezes, manifestações de pessoas que começaram a pensar sobre o que fazem do seu tempo e quanto tem de prazer nisso.

Estudos sobre o Poder Judiciário são poucos e conforme diz Faria (1997 e 2001), compreender seus mecanismos de ação, bem como as influências, pressões que sofre, e as modalidades de respostas a elas, são essenciais para estabelecermos com clareza os reais limites do Estado de Direito e os caminhos para a ação política no sentido da garantia dos interesses dos trabalhadores.

O Poder judiciário tem seus trabalhadores e este estudo contribui, de alguma forma, para reflexão de quem são eles, o que estão fazendo e qual seu papel na sociedade.

Salienta-se que tal estudo foi desenvolvido junto a um grupo particular da Instituição, qual seja: são os que trabalham com o objeto principal, que justifica a existência da própria. Encontrou-se altos índices declarados de prazer na representação do trabalho, mas também foram encontradas dores no tronco em parcela desta população.

Ao propor questões sobre seus lazeres, ser ouvido e provocar uma abertura para novos possíveis, dentro do espaço de trabalho, foi permitido refletir, contribuindo, não individualmente, mas coletivamente, com a participação ativa dos trabalhadores, em outras formas de trabalho, com prazer. Que em última análise é a linha definidora da Ergonomia.

5.2. SUGESTÕES DE CONTINUIDADE

Verificar para quais categorias de trabalhadores nosso sistema de classificação do lazer se aplica e para quais não se aplica.

Expandir tal estudo em diferentes contextos sócio-culturais.

Sugere-se estudos com trabalhadores que se posicionassem nos extremos da curva de prazer, tanto próximos a zero, quanto próximos a quinze, no caso máximo prazer e nenhum prazer no trabalho.

Estudos de caráter empírico, das reais possibilidades de lazer dos trabalhadores, com vistas à contribuição para construção ou avaliação de políticas públicas na área.

Cruzar desejo de ocupação do tempo livre, com dimensão da jornada, dimensão de intervalos e trabalho à distância.

Aprofundar a discussão da relação de prazer e dor que apareceram neste estudo, com grupos específicos, considerando o conteúdo de trabalho, as características dos trabalhadores e o ambiente. Estudos futuros nesta linha contribuirão para o desenvolvimento da ciência Ergonomia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Maurício Pinto de. **O poder judiciário brasileiro e sua organização**. Curitiba: Juruá, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo:Boitempo editorial, 2001. (Coleção Mundo do trabalho)
- BAUMGARTEN, Maíra. **Natureza, trabalho e tecnociência**. In: Seminário: “Para compreender as transformações do trabalho” de 11 a 14 de novembro de 2002. Programa de Pós-Graduação em sociologia-UFRGS. Texto de apoio n.º 4.
- BETH, Evert W. & PIAGET, Jean. **Épistémologie mathématique et psychologie, essai sur les relations entre la logique formelle et la pensée réelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. **Recreação e lazer: futuro em nossas mãos**. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). Educação Física & esporte: perspectiva para o século XXI. Campinas, SP : Papyrus, 1993.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CATTANI, Antonio. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis : Editora Vozes, 2000.
- CATTANI, Antonio. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia** (organizador). Petrópolis : Editora Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução de O direito à preguiça de Paul Lafargue**. São Paulo: Hucitec: Unesp,1999.
- CHAVES, Luiz Fernando Nicodemo. **Qualidade de vida no trabalho : antecedentes, definições e modelos teóricos**. In: Tópicos Especiais em Ergonomia. Porto Alegre: UFRGS FEENG-UFRGS-EE-PPGEP, 2001.

COLOMBO, Carlos Alberto. **O Judiciário e dominação: o Supremo Tribunal Federal e a (in) efetividade de Direitos contidos na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre. RS: UFRGS - Dissertação de Mestrado, PPGCS/IFCH/UFRGS, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. **Os stakhanovistas do narcisismo- body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo**. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). Políticas do corpo. São Paulo: Estação liberdade, 1995.

CUNHA, Newton Oliveira. **A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DALLARI, A.A. **O que é funcionário público**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**; tradução de Luiz Albero Monjardim. 4ªed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.

DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador** . Rio de Janeiro: Shape Ed, 1995.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DE MASI, Domênico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**; tradução Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Debates; 82).

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**; tradução Sílvia Mazza e J.Guinsburg. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2001. (Debates; 164)

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editado por Michael Schröter: tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México, Fondo de cultura económica. 1995.

FARIA, José Eduardo (Organizador). **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros, 1997.

FARIA, José Eduardo. **O poder judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada.** In. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXII, n. 67, set/2001, São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Justiça Federal: histórico e evolução no Brasil.** Curitiba: Juruá Editora, 2003.

FRIEDMAN e NAVILLE, Georges; Pierre. **Tratado de Sociologia do trabalho.** São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1973. 2v.

GEBARA, Ademir. **Norbert Elias e a teoria do processo civilizador: contribuição para a análise e a pesquisa no campo do lazer.** In: BRUHNS, Heloisa Turini(organizadora). Temas sobre o lazer. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

GRANDJEAN E. **Manual de ergonomia.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1998.

GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. **Organização do trabalho.** In: Ergonomia de processo. Porto Alegre: Lia Buarque de Macedo Guimarães Editora - FEENG-UFRGS-EE-PPGEP, 2001. 2v.

HARADA, Munehiko. **Política de redução da jornada de trabalho, Lei do resort e Lazer no Japão.** In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenología del espíritu.** México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

HIRATA, Helena. **Fordismo e modelo japonês.** In: Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial. Brasília: Universidade de Brasília. 1996.

HOGBEN, Lancelot. **Maravilhas da matemática- influência e função da matemática nos conhecimentos humanos.** 4ª edição, Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura;** tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Estudos 4)

IIDA, I. **Ergonomia projeto e produção .** São Paulo: Edgard Blucher,1990.

KURZ, Robert. **A ditadura do tempo abstrato**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**; tradução de Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LARANGEIRA, Sônia M. G. **Fordismo e pós-fordismo**. In: CATTANI, Antônio David. Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**; tradução de Javier González-Pueyo; Barcelona: ediciones península, 1978.

LINHARES, Nílvia Jacqueline Reis. **Atividade, prazer-sofrimento e estratégias defensivas do enfermeiro: um estudo na UTI de um hospital público**. Brasília, 1994. Dissertação de Mestrado em Psicologia, UnB.

LUNARDI FILHO, Wilson Danilo . **Prazer e Sofrimento no Trabalho: contribuições à organização do processo de trabalho da enfermagem**. Porto Alegre/RS: UFRGS; Dissertação de Mestrado,PPGA/UFRGS, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 1998.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?** In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). Educação Física & esporte: perspectiva para o século XXI. Campinas, SP : Papirus, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e qualidade de vida**. In: MOREIRA, Wagner Wey. Qualidade de vida : complexidade e educação. – Campinas, SP: Papirus, 2001.

MARCELLINO, Néelson Carvalho. **Lazer e trabalho, no cotidiano da sociedade pós industrial, a partir da obra de Domênico de Masi, publicada no Brasil**. Relatório de Pesquisa, em forma de artigo, Campinas, SP, 2003. Disponível em: < <http://www.unimep.br/facis/gpl/LAZER3.doc>>. Acesso em 23 mar. 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998 (23ª edição).

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **A informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **A visão interna da Justiça Federal**. In: A Justiça Federal: análise da imagem institucional/ Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários.- Brasília: CJF, 1995.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**; atualização de Roberto Rosas. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

OIT. **Resúmenes de normas internacionales del trabajo**. 2ª edición. Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1991.

OLIVEIRA, Paulo Antônio Barros. **Trabalho prescrito e trabalho real**. In: CATTANI (organizador) - Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. Petópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

PAIXÃO, Regina da. **O significado do trabalho no judiciário em Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: 2000. [Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Administração - Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul]

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**; tradução George Allen. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Dilemas e desafios da historiografia brasileira : a temática da vida cotidiana**. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1995.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PIAGET, Jean. **A noção de tempo na criança**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

RIBEIRO, José Luís Duarte. **Estrutura de trabalhos de conclusão baseados em pesquisa-ação, estudos de caso ou observação participante**. Porto Alegre: PPGE/UFGRS, 2001.

RIESMAN, David & GLAZER, Nathan & DENNEY, Reuel. **A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano**; tradução Sérgio Micelli e Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1971. (Debates; 41)

RIGAMONTE, Rosana Coelho. **O funcionário público do Poder Judiciário: a preservação da saúde frente às adversidades no contexto de trabalho**. Belo Horizonte, 1998. [Dissertação de Mestrado- Centro de Pesquisa em Administração- UFMG]

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

ROSSO, Sadi Dal. **Tempo de trabalho**. In: CATTANI, Antônio David. Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**; tradução Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

RYBCZYNSKI, Witold . **Esperando o fim de semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SADEK, Maria Tereza. **O Judiciário no Brasil de hoje**. In: A Justiça Federal: análise da imagem institucional/ Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários.- Brasília:CJF, 1995.

SINGER, Paul. **A cooperativa é uma empresa socialista**. In: Guimarães, Gonçalo (org.). Sindicalismo e Cooperativismo, a economia solidária em debate. São Paulo. Unitrabalho, 1999.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores Associado, 2002.

TAVARES, Daniela Sanches. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um tribunal judiciário federal**. São Paulo, 2003 [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Porto Alegre; Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

TRIVIÑOS e NETO, Augusto Nivaldo Silva; Vicente Molina. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**; tradução Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

WISNER, Alain. **Por dentro do trabalho: ergonomia: método & técnica**; tradução Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD: Oboré, 1987.

Anexo A – Primeiro questionário, fase exploratória do trabalho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
MESTRADO EM ERGONOMIA

O que entendes por LAZER?

Fora do seu horário de trabalho como ocupas teu tempo?

Fora do seu local de trabalho como ocupas teu tempo?

Descreva, resumidamente, como é o seu trabalho:

Qual sua formação escolar?.....
.....

Qual sua idade?.....anos

Sexo: masculino () feminino ()

Anexo B – Modelo do questionário principal

Anexo C – Modelo do termo de consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
MESTRADO EM ERGONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, após ter sido esclarecido verbalmente, por Luís Olavo Melo Chaves, Mestrando em Ergonomia do PPGEP/UFRGS sobre sua pesquisa no TRF/4, autorizo a utilização dos dados coletados e das respostas por mim fornecidas para a realização deste projeto de pesquisa.

Será preservado meu anonimato e afirmo ter sido notificado que receberei todos os esclarecimentos sempre que o desejar, e que ficarei ciente dos resultados obtidos, bem como poderei a qualquer tempo desistir de minha participação no presente projeto.

Entrevistado

Entrevistador